Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 1. Contexto operacional

A Azul S.A. ("Azul") é uma sociedade anônima com sede na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939 na cidade de Barueri, estado de São Paulo, Brasil. A Azul foi constituída em 3 de janeiro de 2008, tendo como objeto social, primordialmente, a participação direta no capital de empresas dedicadas à atividade de transporte de passageiros e de carga. A Azul e suas controladas são, em conjunto, chamadas de "Companhia".

Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. ("ALAB"), uma subsidiária a qual a Companhia detém 100% do capital, foi constituída em 3 de janeiro de 2008, e tem como principal objeto a operação de transporte de passageiros e de carga aérea no Brasil desde o início de suas operações em 15 de dezembro de 2008. Canela Investments LLC ("Canela"), uma subsidiária com sede no estado de Delaware, Estados Unidos da América, a qual a Companhia detém 100% do capital, foi constituída em 28 de fevereiro de 2008 e tem o propósito específico de adquirir aeronaves no exterior para arrendamento à ALAB.

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras individuais apresentadas a seguir:

			% Partic	cipação
		-	31 de dez	embro de
Controladas	Atividade principal	País	2017	2016
Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. (ALAB)	Operações aéreas	Brasil	100.0%	100,0%
Azul Finance LLC (a)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	100.0%	100,0%
Azul Finance 2 LLC (a)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	100.0%	100,0%
Azul Services LLC (a) (b)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	-	100,0%
Blue Sabiá LLC (a)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	100.0%	100,0%
ATS Viagens e Turismo Ltda. (a)	Serviço de turismo	Brasil	99.9%	99.9%
Azul SOL LLC (a)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	100.0%	100,0%
Azul Investments LLP (a)	Captação de recursos	Estados unidos	100,0%	-
Fundo Garoupa (c)	Fundo de investimento exclusivo	Brasil	100.0%	100,0%
Fundo Safira (a)	Fundo de investimento exclusivo	Brasil	100.0%	100,0%
Fundo Azzurra (a)	Fundo de investimento exclusivo	Brasil	100.0%	100,0%
Canela Investments LLC (Canela) (a) (d)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	100.0%	100,0%
Canela 336 LLC (e)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	100.0%	100,0%
Canela 407 LLC (e)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	100.0%	100,0%
Canela 429 LLC (e)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	100.0%	100,0%
Canela Turbo One LLC (e) (f)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	-	100,0%
Canela Turbo Two LLC (e) (g)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	-	100,0%
Canela Turbo Three LLC (e)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	100.0%	100,0%
Daraland S.A. (a)	Holding	Uruguai	100.0%	-
Encenta S.A. (Azul Uruguai) (h)	Operações aéreas	Uruguai	100.0%	-
TudoAzul S.A.	Programa de fidelidade	Brasil	100.0%	100,0%

- (a) Investimento realizado indiretamente através da ALAB.
- (b) Empresa extinta em 27 de dezembro de 2017.
- (c) Investimento realizado 1% diretamente e 99% indiretamente através da ALAB.
- (d) Investimento transferido da Azul para a ALAB em 1 de dezembro de 2017.
- (e) Investimento da ALAB realizado indiretamente através da Canela.
- (f) Companhia extinta em 19 de dezembro de 2017.
- (g) Companhia extinta em 09 de maio de 2017.
- (h) Investimento realizado indiretamente através de Daraland.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## Oferta Pública de Ações - IPO

Em 19 de abril de 2017, a Companhia concluiu sua oferta global, no Brasil e no exterior, de 96.239.837 ações preferenciais, das quais 63.000.000 oferecidas pela Companhia e 33.239.837 oferecidas pelos acionistas vendedores. O preço inicial de oferta foi de R\$21,00 por ação preferencial e US\$20,06 por ADS (cada ADS representa três ações preferenciais) calculados à taxa de câmbio de R\$3,1409 por US\$1,00 em 10 de abril de 2017. As ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM & FBOVESPA) e na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) desde 11 de abril de 2017, sob os símbolos "AZUL4" e "AZUL", respectivamente.

O valor liquido recebido, excluindo descontos de comissões de subscrição totalizou R\$1.265.016.

Parte do valor da oferta foi usado para quitar dívidas detidas por credores nacionais e internacionais e/ou suas afiliadas

## Oferta global de venda pelos acionistas

A Companhia anunciou em 20 de setembro de 2017 o fechamento da oferta por seus acionistas vendedores de 40.630.186 ações preferenciais da Companhia em uma oferta global, constituída por uma oferta internacional e uma oferta brasileira. As ações preferenciais foram oferecidas diretamente e sob a forma de ações depositárias americanas, ou ADSs, cada uma das quais representa três ações preferenciais. A oferta brasileira de 8.018.839 ações preferenciais e a oferta internacional de 10.870.449 ADSs (representadas por 32.611.347 ações preferenciais) fecharam em 19 de setembro de 2017. Um dos acionistas vendedores também concedeu aos subscritores uma opção de 30 dias para comprar até 4.063.019 ações preferenciais adicionais, que foi exercida em 15 de setembro de 2017 em relação a 4.063.017 ações preferenciais sob a forma de 1.354.339 ADSs. O preço de oferta global foi de R\$27,96 por ação preferencial e US\$26.75 por ADS.

A oferta global de venda pelos acionistas não afetou a posição patrimonial da Companhia pois os custos associados à oferta foram reembolsados pelos acionistas vendedores.

#### **Senior Notes**

Em 19 de outubro, a Azul Investments LLP, uma subsidiária da ALAB, precificou uma oferta no exterior no valor total do principal de US\$400 milhões de Senior Notes com vencimento em 2024 e com um cupom de 5,875% por ano ("Notes"). Essa transação faz parte da estratégia de gestão do passivo da Azul, e os recursos serão utilizados para refinanciamento de dívidas e para fins corporativos gerais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## Parceiros estratégicos globais

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Serviço Postal do Brasil)

Em 20 de dezembro de 2017, ALAB e Correios assinaram um memorando de entendimento para a criação de uma empresa privada de soluções de logística integrada. A Azul terá uma participação de 50,01% da nova empresa e os Correios os 49,9% restantes.

Com apenas a demanda já atendida pela ALAB e pelos Correios, a nova empresa espera movimentar aproximadamente 100 mil toneladas de carga por ano. Ambas as empresas esperam economias de custos, eficiência operacional e lucros, melhorando a oferta de serviços ao consumidor.

O memorando de entendimento será submetido às autoridades brasileiras e órgãos governamentais para aprovação. Somente após o consentimento, a nova empresa será estabelecida e suas atividades deverão começar até o final de 2018.

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram aprovadas para emissão pelos membros da diretoria, em 06 de março de 2018.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas sob a responsabilidade de nossa Administração, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional adotada pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais, as informações financeiras das controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos e interpretações emitidos IASB, IFRS *Interpretations Committee* e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 3. Políticas contábeis

# 3.1. Base para consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Azul e de suas controladas em 31 de dezembro de 2017. O controle é obtido quando a Azul está exposta aos riscos ou, detêm os direitos sobre a investida. Especificamente, a Azul controla uma investida, se:

- Tem poder sobre a investida, isto é, possui direitos que lhe dão a capacidade atual de controlar as atividades relevantes da investida:
- Está exposta, ou possui os direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida, e;
- Possui capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar os seus negócios.

A Companhia reavalia se controla ou não uma investida quando fatos e circunstâncias indicam que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma subsidiária começa quando os ativos, passivos, receitas e despesas de uma subsidiária adquirida durante o exercício estão incluídos na demonstração do resultado abrangente a partir da data em que a Companhia ganha controle e cessa na data em que a Companhia perde o controle da subsidiária.

Quando necessário, são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contábeis, em conformidade com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos de partes relacionadas, patrimônio, receitas, despesas e fluxos de caixa referentes a transações entre as partes relacionadas são eliminados integralmente no processo de consolidação.

### 3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia inclui instrumentos financeiros com vencimentos inferiores a três meses, como equivalentes de caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3.3. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

### i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos designados como instrumentos de hedge eficazes. Os ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial em uma das categorias abaixo mencionadas.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, com exceção dos ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulantes, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, empréstimos, outros recebíveis e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação.

### Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se esperada a realização em curto prazo. Esta categoria inclui aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas e instrumentos financeiros derivativos contratados que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38 (IAS 39)

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são registrados no balanço patrimonial pelo valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. A reclassificação para empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda ou investimentos mantidos até o vencimento depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação os quais não podem ser reclassificados após classificação inicial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira na demonstração do resultado.

## Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes, é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa, do ativo, expirarem;
- A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, a um terceiro por força de um acordo de 'repasse' e; (a) transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o mesmo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, também reconhece um passivo associado.

O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações mantidos.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou a máxima contraprestação que puder ser exigida, dos dois o menor.

#### ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

São avaliadas se nas datas do balanço há alguma evidência objetiva que determine que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade que o mesmo irá entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

## iii) Passivos financeiros

# Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos a valor justo deduzindo os custos das transações diretamente relacionados.

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta corrente com saldo negativo), empréstimos, financiamentos e debêntures, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos.

#### Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

# Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação, passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e empréstimos designados como hedge de valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39).

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

## Empréstimos e financiamentos (Incluindo Debêntures)

Após reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos, reconhecido no resultado do exercício.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado.

## Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro da mesma contraparte com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença, nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

#### iv) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## v) <u>Valor justo de instrumentos financeiros</u>

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado; referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão descritos na Nota5.

#### 3.4. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

#### Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos relativos a contratos de opção de câmbio, taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo do instrumento for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, enquanto ainda não realizados e lançados no resultado quando da liquidação do item objeto de hedge.

Para fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), existem as seguintes classificações:

- Hedge de valor justo ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido; ou
- Hedge de fluxo de caixa ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a será avaliada a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*. Quanto a hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do *hedge*, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de *hedge* do patrimônio líquido para o resultado são também incluídos na documentação da relação de *hedge*.

Espera-se que esses *hedges* sejam eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente eficazes ao longo de todos os períodos base para os quais foram destinados.

Hedges que satisfazem os critérios para o seu registro são contabilizados da seguinte forma:

Hedge de valor justo

O ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de *hedge* (para instrumento de *hedge* derivativo) ou do componente cambial da sua quantia escriturada medido de acordo com o CPC 02 (IAS 21) (para instrumento de *hedge* não derivativo) deve ser reconhecido no resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto deve ajustar a quantia escriturada do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Se o item objeto de *hedge* for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item objeto de *hedge* numa relação de *hedge*, a variação do valor justo do compromisso firme atribuível ao risco coberto é reconhecida como um ativo financeiro quando ela for positiva ou como um passivo financeiro quando ela for negativa, com o reconhecimento de um correspondente ganho ou perda na demonstração do resultado. O saldo acumulado no balanço patrimonial decorrente das variações sucessivas do valor justo do compromisso firme atribuível ao risco coberto será transferido para o saldo do item objeto de *hedge* no momento do reconhecimento inicial (reconhecimento do saldo das contas a pagar ou das contas a receber).

A Companhia possui swaps de taxa de juros para proteção contra a exposição à mudança no valor justo de alguns de seus financiamentos de aeronaves (Nota 23).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Hedge de fluxo de caixa

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do *hedge* é reconhecida imediatamente no resultado financeiro.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado junto com a transação objeto de *hedge* ao afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

A Companhia utiliza contratos de swap para oferecer proteção contra a sua exposição ao risco de incremento nas taxas de juros relacionadas às suas transações de arrendamento financeiro.

## Classificação entre curto e longo prazo

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de *hedge* eficaz são classificados como de curto e longo prazos ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

- Quando um derivativo for mantido como hedge econômico (e não aplicar contabilidade de hedge), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como de longo prazo (ou segregado em parcela de curto e longo prazo), consistentemente com a classificação do item correspondente.
- Os derivativos embutidos que não estão intimamente relacionados ao contrato principal são classificados de forma consistente com os fluxos de caixa do contrato principal.
- Os instrumentos derivativos designados como tal e que são efetivamente instrumentos de hedge eficazes, são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de hedge. O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

## 3.5. Estoques

Os estoques são compostos por peças de manutenção de aeronaves, comissaria e uniformes. Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável, dos dois, o menor, líquido da provisão para perda de estoques.

#### 3.6. Impostos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido, e refletem a melhor avaliação da administração sobre os ativos e passivos tributários mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar as autoridades fiscais. As provisões para imposto de renda e contribuição social correntes são mensuradas considerando a compensação de prejuízos fiscais, até o limite de 30% do lucro tributável anual. Os rendimentos das subsidiárias estrangeiras estão sujeitos a tributação de acordo com as taxas e as legislações fiscais vigentes. No Brasil, esses rendimentos são tributados de acordo com a Lei 12.973/14.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são mensurados através das alíquotas aplicáveis no ano em que os bens serão realizados ou os passivos liquidados, com base nas taxas de imposto aplicáveis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrem de diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os montantes apresentados nas demonstrações financeiras, que resultarão em valores tributáveis ou dedutíveis no futuro.

O saldo contábil do imposto de renda diferido ativo é apresentado líquido se houver um direito legal ou contratual para compensar ativos tributários contra passivos tributários e os impostos diferidos estão relacionados à mesma entidade tributável e são revisados na data da demonstração financeira e baixados na medida em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte dos impostos diferidos sejam utilizados.

Os impostos diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada demonstração financeira e são reconhecidos na medida em que é provável que o lucro tributável futuro permita que os ativos diferidos sejam recuperados.

O Imposto de renda e contribuição social diferidos, relativo a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Companhia periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3.7. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

As diferenças de câmbio são registradas na demonstração do resultado. As alterações do valor justo dos instrumentos de hedge são registradas pelo tratamento contábil descrito na nota 3.4. "Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge".

### 3.8. Ativo imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados pelo custo de aquisição ou construção e incluem juros e demais encargos financeiros. No imobilizado também são registrados os pré-pagamentos de aeronaves em fabricação que incluem os juros e encargos financeiros incorridos durante a fase de fabricação das aeronaves e benfeitorias em bens de terceiros.

A Companhia recebe créditos de fabricantes quando da aquisição de certas aeronaves e motores, que podem ser utilizados para pagamento de serviços de manutenção. Esses créditos são registrados como redução do custo de aquisição das aeronaves e motores relacionados, em contrapartida de um débito em outras contas a receber e, em seguida, registrada como despesa ou ativo, quando os créditos são utilizados para a aquisição adicional de bens ou serviços. Nos casos de arrendamento operacional, esses créditos são diferidos e reduzem as despesas de arrendamento operacional, de forma linear, durante o período dos contratos relacionados.

As aeronaves próprias são registradas pelo custo de aquisição e são submetidas à análise de "impairment" anualmente, quando há indicadores de "impairment". Equipamentos de aeronaves, componentes rotáveis e ferramentas compreendem peças de manutenção reparáveis, e com vida útil superior a um ano, e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição.

Os arrendamentos de aeronaves são contabilizados como operacionais ou financeiros - vide Nota 3.12.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada a seguir:

	Vida útil estimada
Aeronaves	12 anos
Móveis e utensílios	5 anos
Equipamento de aeronave	12 anos
Equipamentos de informática e periféricos	5 anos
Ferramentas	5 anos
Manutenções pesadas - motores	5 a 6 anos
Manutenções pesadas – checks estruturais	2 a 10 anos
Motores	12 anos
Edificações e benfeitorias	10 anos
Simulador de voo	20 anos
Veículos	5 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A Companhia considera que as aeronaves possuem quatro componentes principais, casco, motores, manutenções pesadas e checks estruturais. São atribuídos ao componente de custo de manutenção de motores à parcela do custo total de cada aeronave no momento de sua aquisição. Esse componente é depreciado ao longo da vida útil, determinada de acordo com o período até a próxima manutenção pesada ou checks estruturais programada ou vida útil remanescente dos motores, dos dois, o menor.

A Companhia possui contratos de manutenção de motores que suportam toda a atividade significativa de sua manutenção. Adicionalmente, a Companhia, também possui contratos do tipo "power-by-the-hour", no qual os valores devidos aos prestadores de manutenção são calculados com base nas horas voadas, no momento do evento da manutenção

Reparos e demais manutenções de rotina são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. Os gastos com manutenção pesada são registrados parte do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente da Companhia. Estes custos de manutenção são amortizados ao longo da vida útil determinada de acordo com o período até a próxima manutenção programada significativa. A manutenção pesada para aeronaves mantidas como arrendamento operacional é reconhecida como despesa na data do evento e registrada na rubrica "Materiais de manutenção e reparo".

As despesas de depreciação de manutenções capitalizadas são registradas sob a rubrica "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

Um item do ativo imobilizado e de qualquer parte significativa reconhecida inicialmente é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como a diferença entre os proventos líquidos da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado em "Outras despesas operacionais, líquidas".

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3.9. Combinação de negócios

Na contabilização da combinação de negócios, foi utilizado o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, com base no valor justo na data da aquisição. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesas quando incorridos. Os ativos adquiridos e passivos assumidos são mensurados pelo valor justo, classificados e alocados de acordo com os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. O ágio por expectativa de rentabilidade futura é mensurado como o excesso da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos pelo valor justo. Se a contraprestação for inferior ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração de resultados. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo menos quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Para os anos de 2017 e 2016, a Companhia não concluiu nenhuma transação de combinação de negócios.

Para a combinação de negócios de entidades sob controle comum, foi utilizado o Método Predecessor. Os ativos e passivos da companhia adquirida foram transferidos pelos seus valores contábeis. Essas transações intragrupo não têm impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.

### 3.10. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas do valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da sua vida útil econômica estimada e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para o ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social quando houver indicativo de "*impairment*". Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível (Nota 16).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, e reconhecidos na demonstração do resultado.

Na aquisição da TudoAzul (antiga TRIP), a Companhia identificou direitos de operações em aeroportos e classificou como vida útil indefinida. O valor justo sobre os direitos de operação dos aeroportos da Pampulha, Santos Dumont e Fernando de Noronha foram reconhecidos a valor justo na data de aquisição. O valor justo destes direitos foi avaliado com base nos fluxos de caixa futuros descontados estimados. Esses direitos são considerados como tendo vida útil indefinida devido a diversos fatores e considerações, incluindo requisitos de autorizações necessárias para operar no Brasil e limitada disponibilidade de slots nos aeroportos mais importantes em termos de volume de tráfego.

# 3.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Anualmente é realizada uma revisão dos indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos, a fim de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas, tecnológicas, ou em operações que possam indicar que um ativo não possui recuperabilidade. Se houver, tais evidências são identificadas através do teste de "impairment" anual. Para avaliar um ativo é necessário que se estime o valor recuperável do mesmo. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o seu valor justo, deduzindo os custos de venda e seu valor em uso. Quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustado a valor contábil.

A Companhia opera como uma única unidade geradora de caixa.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa estimados futuros são descontados a valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor justo menos o custo de venda, é determinado sempre que possível, com base em um contrato de venda firme realizado em condições normais de mercado entre as partes conhecidas e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há compromisso de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou o preço da transação mais recente de ativos semelhantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para os ativos, excluindo ágio, é feita anualmente uma avaliação para determinar se há indícios de que as perdas, por redução ao valor recuperável, reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se essa indicação existir, é estimado o valor recuperável do bem. A perda por "impairment" anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver havido uma mudança nas premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo, desde que tenha sido reconhecida a última perda por "impairment". A reversão é limitada, de modo que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, como também não exceda o valor contábil determinado anteriormente, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por "impairment" tenha sido reconhecida para o ativo em anos anteriores.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

# Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A determinação de "impairment" do ágio registrado no balanço é realizada através da avaliação do valor recuperável da Companhia (única unidade geradora de caixa).

Quando o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor quando comparado com o saldo contábil, uma perda por ajuste a valor recuperável é reconhecida no período. As perdas por ajustes a valor recuperável não podem ser revertidas em períodos futuros.

#### Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

# 3.12. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis nos quais se detém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como uma compra financiada, reconhecendo, desde o início um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). Os pagamentos de arrendamento são apropriados entre despesas financeiras que são reconhecidas diretamente na demonstração de resultado e como passivo contabilizado como dívida não circulante, com base nas contraprestações remanescentes a pagar de forma a alcançar uma taxa constante de juros. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aeronaves mantidas sob arrendamentos financeiros são registradas com base no menor valor entre o valor justo da aeronave e o valor presente dos pagamentos mínimos, descontados a uma taxa de juro implícita quando é claramente identificado no contrato de locação, ou a taxa de juros de mercado.

Os ativos são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil econômica remanescente dos bens arrendados ou pelo prazo contratual quando não existe uma razoável certeza de que irá obter a propriedade do bem no fim do prazo contratual.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais, incluindo os custos diretos e incentivos recebidos do locador de cada contrato, são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

A transação de "sale and leaseback" envolve a venda e o imediato aluguel do mesmo ativo. Os ganhos ou perdas decorrentes de transações de "sale and leaseback" classificados após a venda como arrendamento operacional são reconhecidos imediatamente no resultado quando a transação foi mensurada ao valor justo. Caso o preço de transação for estabelecido abaixo do valor justo, qualquer ganho ou perda será reconhecido se a perda for compensada por pagamentos futuros de arrendamento abaixo do valor de mercado e serão diferidos e amortizados na proporção dos pagamentos do arrendamento durante contrato.

Se a transação de "sale and leaseback" resultar em arrendamento mercantil financeiro, qualquer excesso de receita de venda obtido acima do valor contábil deve ser diferido e amortizado durante o prazo do arrendamento.

Subarrendamento é uma operação em que a Companhia possui um contrato original de aluguel de determinado ativo que é transferido para um terceiro gerando um novo contrato de aluguel em condições que podem ser iguais ou diferentes do contrato original. A despesa do aluguel do contrato original é reconhecida na demonstração do resultado na linha de "Arrendamento mercantil de aeronaves e outros" e a receita do contrato de subarrendamento na linha de "Outras receitas".

Em determinadas circunstâncias, como por exemplo, condições de mercado em que os contratos foram negociados, pode ocorrer que o valor da despesa de aluguel paga seja diferente da receita de aluguel recebida no contrato de subarrendamento. Para os contratos em que essa situação é identificada o registro de uma provisão para contrato oneroso é requerida de acordo com o CPC 25 – "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes".

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 3.13. Depósitos em garantia e reservas de manutenção

### a) Depósitos em garantia para contratos de arrendamento

Os depósitos em garantia são representados por valores depositados pela Companhia para os arrendadores das aeronaves, conforme exigido no início do contrato, como garantia pelo cumprimento do contrato de arrendamento. Os depósitos em garantia são realizados em dólares norte-americanos sem incidência de juros e são reembolsáveis ao término dos contratos.

## b) Reserva de manutenção de aeronaves e motores

Determinados contratos de arrendamento preveem o pagamento de reservas de manutenção para os arrendadores de aeronaves a serem mantidos como garantia antes do desempenho das principais atividades de manutenção. Os depósitos de reserva de manutenção são reembolsáveis após a conclusão do evento de manutenção em um valor igual ou menor que (1) o valor da reserva de manutenção detida pelo locatário, associado ao evento de manutenção específico ou (2) os custos qualificados relacionados ao evento específico de manutenção. Substancialmente, todos esses pagamentos de reserva de manutenção são calculados com base em uma medida de utilização, como horários ou ciclos de voo, e são usados exclusivamente para garantir o arrendador a manutenção.

No início da locação ou na data da demonstração financeira, avaliamos se os pagamentos de reserva de manutenção exigidos pelos contratos de arrendamento mercantil serão recuperados por meio do desempenho de manutenção nos ativos arrendados.

Os depósitos de manutenção considerados recuperáveis são refletidos em depósitos em garantia e reservas de manutenção nas demonstrações contábeis das operações. Avaliamos a recuperabilidade dos valores atualmente em depósito com os arrendadores, comparando-os com os valores que devem ser reembolsados no momento do próximo evento de manutenção, e os valores não recuperáveis são considerados custos de manutenção.

#### 3.14. Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando se espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais uma saída de recursos seja provável para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Os contratos de arrendamento mercantil determinam as condições que devem devolver as aeronaves e os motores aos arrendadores. A Companhia estima a provisão da manutenção baseada no valor presente da expectativa de custo futuro para que a condição de retorno dos equipamentos seja cumprida, levando em conta o plano de frota atual e as programações de manutenção de longo prazo.

# 3.15. Ações em tesouraria

Os instrumentos de capital próprio adquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos pelo custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos de patrimônio próprio da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, se a ação é reemitida, é reconhecida no prêmio de emissão.

# 3.16. Benefícios a empregados

# i) Bônus a executivos

É constituída provisão para pagamento de bônus dos executivos, condicionada ao cumprimento das metas estabelecidas e registrada como Salários e benefícios.

### ii) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos executivos planos de remuneração com base em ações, a serem liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações e ações restritas.

O custo de transações com executivos, liquidadas com instrumentos patrimoniais e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza de precificação de opções *Black-Scholes*. Maiores detalhes estão demonstrados na (Nota 28).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de "vesting").

A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data base até a data de "vesting" reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Administração do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em "Salários e benefícios" e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de "vesting", exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição de mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), as quais são tratadas como adquiridas, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em "Salários e benefícios" correspondente às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do plano de remuneração em ações, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação.

Quando um plano de remuneração em ações é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não-aquisição dentro do controle da Companhia ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fosse uma modificação ao plano original, conforme descrito no parágrafo anterior.

O custo de transações liquidadas em dinheiro é mensurado inicialmente pelo valor justo na data da outorga. Esse valor justo é contabilizado como despesa durante o período até a data de vencimento, com o reconhecimento de um passivo correspondente. O passivo é reavaliado ao valor justo na data do balanço até a data de liquidação, com as mudanças no valor justo reconhecidas no resultado do período e reconhecido na rubrica "Salários e benefícios".

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 3.17. Reconhecimento da receita

Receitas de passageiros são reconhecidas após efetiva prestação do serviço de transporte. Os trechos vendidos e não voados, correspondentes aos transportes a executar, são demonstrados no passivo circulante. Os bilhetes expiram no prazo de um ano. É reconhecida a receita de bilhetes a partir da data do voo e passagens com expectativa da prescrição. São estimados os valores de reembolsos e trocas futuras, líquido dos bilhetes expirados, uma vez que a data do voo já ocorreu. Estas estimativas são baseadas em dados históricos e na experiência de eventos passados.

Os reembolsos e trocas futuras estimados, incluídos na conta de receita diferida, são comparados mensalmente com reembolsos ocorridos e atividades de troca com o objetivo de monitorar a razoabilidade dos reembolsos e trocas futuras estimadas (Nota 19).

As outras receitas relacionadas com serviços são representadas por taxas de alterações de reservas de voos, excesso de bagagem, transporte de cargas, Espaço Azul, fretamentos e outros serviços, as quais são reconhecidas quando os serviços são prestados.

# 3.18. Programa TudoAzul

Os pontos são acumulados baseados no total dos bilhetes vendidos, mas a quantidade de pontos acumulados e como podem ser utilizados, depende de cada trecho voado, de campanhas promocionais, do prazo de antecedência em que o resgate for solicitado, dentre outros fatores. A Companhia apresenta pontos acumulados no programa TudoAzul, conquistados por seus clientes e ainda não resgatados. Os pontos acumulados têm validade de 2 anos após adquiridos, independente de movimentação na conta.

Após a venda de um bilhete, a Companhia reconhece uma parcela das vendas de passagens como receita quando o serviço de transporte ocorre como descrito na nota 3.16 acima e difere a parcela correspondente aos pontos do Programa TudoAzul, em conformidade com o IFRIC 13, Programas de Fidelização de Clientes, registrados na rubrica "Transportes a Executar".

A Companhia determina o preço estimado de venda do transporte aéreo e os pontos, considerando que cada elemento fosse vendido em uma base separada. O valor total de cada venda de bilhetes é então atribuído a cada um destes elementos individualmente em uma base pro-rata. A Companhia estima o preço de venda com base no preço em que os pontos são vendidos a agências de viagens com alto volume de transações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

A Companhia também vende pontos do programa de fidelidade TudoAzul a terceiros. A receita diferida é reconhecida como receita de passageiros quando os pontos são resgatados e o serviço de transporte ocorre. O valor justo de um ponto é estimado em uma base anual, utilizando a média de pontos resgatados e o valor estimado de bilhetes comprados com os mesmos ou com restrições similares como prêmios a passageiros frequentes. A Companhia reconhece a receita de pontos vendidos e premiados que nunca serão resgatados por membros do programa. A Companhia estima tais montantes anualmente com base nas informações mais recentes disponíveis sobre os padrões de resgate e de validade.

Pontos atribuídos ou vendidos e não utilizados são registrados no passivo de transportes a executar (Nota 19).

A Companhia efetuou uma transação com um banco brasileiro para a divulgação do cartão de crédito com a sua marca. Em 31 de dezembro de 2017, as receitas relacionadas foram de R\$2.250 (31 de dezembro de 2016 – R\$1.500).

## 3.19. Informações por segmento

O CPC 22 (IFRS 8) requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos, regularmente revisado pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance.

As operações da Companhia consistem na prestação de serviços de transporte aéreo no território brasileiro. A Companhia efetua a alocação de recursos com a finalidade de melhorar o desempenho dos resultados consolidados. Os principais ativos geradores de receitas da Companhia são suas aeronaves, que são registradas no Brasil. As outras receitas são originadas basicamente por operações de cargas, vendas a prazo, excesso de bagagem, tarifas de bagagem, multas por cancelamento de tarifas, sendo que todos os itens estão diretamente atribuídos a serviços de transporte aéreo.

Com base na forma como a Companhia administra os seus negócios e da maneira em que as decisões de alocação de recursos são feitas, existe apenas um segmento operacional para fins de reporte financeiro.

#### 3.20. Pronunciamentos novos e revisados

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## Alterações no IAS 7 Demonstração dos fluxos de caixa: Divulgação

As alterações exigem que as entidades forneçam divulgação de mudanças nas atividades decorrentes de financiamento, incluindo as mudanças de fluxos de caixa e mudanças não monetárias (como ganhos ou perdas cambiais)

Alterações à IAS 12 Impostos de Renda: Reconhecimento de Ativos Fiscais Diferidos por Perdas Não Realizadas

As alterações indicam que a entidade precisa considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis em relação às quais pode fazer deduções sobre a reversão da diferença temporária dedutível relacionada a perdas não realizadas. Além disso, as alterações fornecem orientação sobre como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicar as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por mais do que seu valor contábil.

#### Melhorias anuais ciclo - 2014-2016

# Alterações à IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades:

#### Esclarecimento do escopo de requisitos de divulgação na IFRS 12

As alterações indicam que os requisitos de divulgação da IFRS 12, que não os dos parágrafos B10-B16, se aplicam aos interesses de uma entidade em uma subsidiária, uma joint venture ou uma associada (ou uma parcela de sua participação em uma joint venture ou em uma associada) que é classificado (ou incluído em um grupo de disposição que é classificado) como mantido para venda.

# 3.21. Pronunciamentos do IFRS que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017

#### IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48/IFRS 9 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Exceto para contabilidade de hedge é exigida a aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a reapresentação das informações comparativas de períodos anteriores. Para a contabilidade de hedge seguindo as normas do IFRS 9, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo poucas exceções

As primeiras informações financeiras adotando IFRS 9 da Companhia serão as informações financeiras trimestrais (ITR) de 31 de março de 2018. A Companhia optou por não reapresentar as informações comparativas como resultado da adoção do CPC 48/IFRS 9.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Classificação e mensuração

Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em três categorias em função do modelo de negócios da Companhia para sua gestão, assim como das características de seus fluxos de caixa contratuais. As categorias são: (i) mensurados pelo custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao valor justo por meio de resultado.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo CPC 38/IAS 39 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado.

A Companhia classificou seus ativos e passivos financeiros conforme os modelos de negócios estabelecidos pelo CPC 48/IFRS 9 e avaliou os termos contratuais daqueles não mensurados ao valor justo pelo resultado. A Companhia estima que a implementação deste aspecto do CPC 48/IFRS 9 não resultará em impactos significativos no seu patrimônio na data de transição.

# Redução ao valor recuperável (impairment)

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros não mensurados ao valor justo pelo resultado, IFRS 9 requer reconhecer perdas pelo modelo de perda esperada ao contrário do modelo de perda incorrida do CPC 38/IAS 39. Os ativos financeiros foram segregados com base em sua natureza e características de risco. A Companhia escolheu o modelo simplificado para as outras contas a receber e reconhecerá a perda que resulta dos possíveis eventos de inadimplência durante todo a vida dos recebíveis. A mensuração da perda esperada se baseia na experiência histórica de perdas de crédito da Azul, ajustada por expectativas da administração sobre o impacto de condições econômicas futuras no período de mensuração das perdas esperadas. Para as aplicações financeiras ao custo amortizado e recebíveis com partes relacionadas, para as que não existe histórico de perdas de crédito, a Companhia faz uma avaliação individual.

Com base nas estimativas disponíveis até a data a Companhia espera que o aumento na provisão para perdas de crédito de outras contas a receber sofrerá um aumento não significativo para as demonstrações financeiras da Azul como um todo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Contabilidade de hedge

CPC 48/IFRS 9 permite escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de hedge do CPC 38/IAS 39 em vez dos requerimentos do CPC 48/IFRS 9. Na data destas demonstrações financeiras a Companhia não tomou uma decisão sobre se continuará aplicando a contabilidade de hedge aplicando os requerimentos do CPC 38/IAS 39 ou aplicará os novos requerimentos. Caso continue aplicando os requerimentos do CPC 38/IAS 39 a Companhia poderá mudar para os novos requerimentos no início de qualquer período contábil, inclusive trimestral.

## IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS.

Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia planeja adotar a nova norma na data da sua entrada em vigor, usando o método de adoção modificado. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou uma avaliação preliminar da IFRS 15, que está sujeita a alterações à medida que as mudanças forem implementadas.

A nova norma exige a reclassificação de receitas auxiliares, como excesso de bagagem, encargos administrativos, upgrades e outras despesas relacionadas a viagens, que atualmente estão classificadas como outras receitas, para receita de passageiros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, essas receitas totalizavam aproximadamente R\$0,6 bilhão. Essas receitas auxiliares estão diretamente relacionadas ao transporte de passageiros e não serão mais consideradas como obrigações distintas do componente de transporte. Nesse contexto, essas receitas auxiliares, que anteriormente eram reconhecidas quando vendidas, serão reconhecidas quando o transporte for realizado. A Companhia espera que esta mudança aumente o saldo da rubrica "Transporte a executar" em aproximadamente R\$54 milhões no momento da aplicação da nova regra. Estima-se que o impacto líquido do diferimento do reconhecimento dessas receitas auxiliares em 2017 seja de aproximadamente R\$22 milhões.

A Companhia esta avaliando os impactos da nova regra na valorização dos pontos e no cálculo do breakage do programa de vantagens da Companhia (TudoAzul).

A Companhia continua a avaliar os impactos nas demonstrações financeiras devido à adoção da nova regra.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### IFRS 16 - Arrendamentos

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS - 17 Operações de arrendamento mercantil, IFRIC 4 - Como determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC-15 - Arrendamentos operacionais (Incentivos) e SIC-27 - Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento.

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos).

As principais áreas impactadas pela implementação da nova norma são:

- Reconhecimento de um ativo imobilizado e um passivo de arrendamento para os contratos de arrendamento operacionais no balanço patrimonial consolidado. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui 120 aeronaves e 21 motores classificados como arrendamentos operacionais.
- Reconhecimento de despesa de depreciação e juros ao invés de despesa de arrendamento operacional nas demonstrações de resultados consolidadas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as despesas de arrendamento relacionadas a aeronaves classificadas como arrendamentos operacionais totalizavam R\$1,1 bilhão.
- Capitalização de manutenção pesada e checks estruturais realizadas em aeronaves classificadas como arrendamento operacional e depreciação destes ativos de acordo com as políticas contábeis aplicáveis às aeronaves próprias e aeronaves classificadas como arrendamento financeiro. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as despesas relacionadas à manutenção pesada e checks estruturais realizadas em aeronaves classificadas como arrendamento operacional totalizavam R\$0,2 bilhão e foram reconhecidas na rubrica "Materiais de manutenção e reparo" nas demonstrações de resultados consolidadas.
- Os pagamentos de arrendamento de aeronaves da Companhia são predominantemente denominados em dólares. Mesmo com o risco de fluxo de caixa em moeda estrangeira da Companhia em relação a pagamentos de arrendamento inalterado, a adoção da IFRS 16 resultará em flutuações cambiais dos passivos de arrendamento denominados em moeda estrangeira de acordo com as variações na taxa de câmbio de dólares para reais.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# IFRIC 22 – Transações em Moeda Estrangeira e Adiantamentos

Em dezembro de 2016, o IASB emitiu o IFRIC 22, que trata da taxa de câmbio que deve ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em moeda estrangeira. A interpretação esclarece que a data da transação é aquela em que o ativo ou passivo não monetário foi reconhecido. O IFRIC 22 estará em vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia não espera impactos relevantes, visto que transações com estas características já estão aderentes à norma.

#### IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro

Em junho de 2017, o IASB emitiu o IFRIC 23 que trata da aplicação dos requerimentos do IAS 12 "Tributos sobre o lucro" quando houver incerteza quanto à aceitação do tratamento pela autoridade fiscal. A interpretação esclarece que caso não seja provável a aceitação, os valores de ativos e passivos fiscais devem ser ajustados para refletir a melhor resolução da incerteza. O IFRIC 23 estará em vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, e a Companhia não espera impactos relevantes da aplicação da norma.

# 4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

# <u>Julgamentos</u>

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado, em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração emitiu os seguintes julgamentos, que têm o efeito mais significativo nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

# Classificação de arrendamento

Os arrendamentos operacionais ou financeiros foram classificados com base nos termos e condições dos contratos. Um arrendamento é reconhecido como financeiro quando os riscos e vantagens significativos da propriedade do ativo são transferidos, caso contrário, o contrato é contabilizado como um arrendamento operacional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## Estimativas e premissas

As premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício, são discutidas abaixo:

# Breakage

É reconhecida antecipadamente a receita de passagens emitidas a qual espera que não ocorram a utilização com base em dados históricos e experiência nas operações. Estimar a quebra esperada requer que a administração faça julgamento, informando dentre outras coisas, na medida em que utiliza como base histórica. Frequentemente, os dados históricos são reavaliados e as respectivas melhorias feitas.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização que ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

### Transações com pagamentos baseados em ações

É mensurado o custo de transações liquidadas com ações para executivos baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga ou em cada data de balanço, quando aplicável. A Companhia deve estimar a quantidade investida esperada, considerando o desempenho e não as condições de mercado. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos, e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 28.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

É reconhecida provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais (Nota 29).

#### Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

#### Programa TudoAzul – programa de vantagens

Conforme descrito no tópico 3.17, a Companhia contabiliza os pontos gerados pelo programa TudoAzul baseado no método da receita diferida. Por esse método, os pontos adquiridos são identificados como um componente das vendas em que foram gerados e uma receita diferida é reconhecida valorizando cada ponto pelo valor justo unitário. A receita diferida fica reconhecida até o momento em que os clientes resgatam seus pontos, ou quando eles expiram. (Nota 19)

### Provisão para devolução de aeronaves e motores

Para aeronaves sob arrendamento operacional, a Companhia está contratualmente obrigada a devolver o equipamento em um nível pré-definido de capacidade operacional.

A provisão para devolução de aeronave é estimada com base nos gastos incorridos na reconfiguração das aeronaves (interior e exterior), de licenças, certificações técnicas, pinturas, entre outros, de acordo com as cláusulas contratuais de retorno.

A provisão para devolução dos motores é estimada com base em avaliação e condições contratuais mínimas nas quais o equipamento deve ser devolvido ao arrendador, considerando não só os custos históricos incorridos, mas também as condições do equipamento no momento da avaliação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Determinação da vida útil e dos componentes significativos do ativo imobilizado

Os componentes significativos das aeronaves que devem ser segregados são os motores suas respectivas manutenções pesadas programadas e checks estruturais. Esses componentes são depreciados de acordo com a vida útil, definida no plano de renovação da frota e no cronograma de manutenção.

# 5. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é financiar as operações, bem como financiar a aquisição de aeronaves. Os saldos de contas a receber de clientes e outras contas a receber, resultam diretamente suas operações. A Companhia também mantém investimentos disponíveis para negociação e contrata transações com derivativos, tais como termo de moeda e *swaps*.

A Administração da Companhia supervisiona o monitoramento de mercado, crédito e riscos de liquidez.

Todas as atividades com derivativos para gestão de risco são realizadas por especialistas com habilidades, experiência e supervisão adequada. É política da Companhia não operar transações de derivativos para fins especulativos.

#### a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nos preços de mercado. O risco de mercado é composto por três tipos de riscos: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço, tais como o risco de preço de ações e preço de commodities.

Instrumentos financeiros expostos ao risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para negociação e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

### a.1) Risco da taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado referese, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O risco de taxa de juros é gerenciado através de monitoramento das projeções futuras das taxas que incidem sobre seus empréstimos e financiamentos e debêntures, bem como sobre as suas operações de arrendamento mercantil operacional. Para mitigar esse risco, são utilizados derivativos que visam minimizar eventuais impactos negativos de variações de taxas de juros.

#### Sensibilidade à taxa de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no resultado antes da tributação, o qual é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis.

Para análise de sensibilidade, foi adotado:

- LIBOR atrelado à dívida: média ponderada de 4,2% ao ano.
- CDI atrelado à dívida: média ponderada de 10,2% ao ano;

Estimamos o impacto do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 decorrente da variação de 25% e 50% sobre as taxas médias ponderadas, conforme demonstrado a seguir:

_	25%	-25%	50%	-50%	
Despesa de juros	55.098	(55.098)	110.197	(110.197)	

#### a.2) Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente aos empréstimos e financiamentos líquido de investimentos em dólares norte-americano.

A Companhia também está exposta a mudanças na taxa de câmbio do Euro através do seu investimento nos Bonds Conversíveis da TAP (Nota 12).

O risco cambial é administrado por meio de instrumentos financeiros derivativos que possuem cobertura em seu fluxo de caixa líquido, projetados para o período de doze meses.

A Companhia monitora constantemente a exposição líquida em moeda estrangeira e, quando for apropriado, realiza operações de hedge para proteger o fluxo de caixa não operacional, projetando para um período máximo de até 12 meses, para minimizar sua exposição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia contratou e finalizou instrumentos financeiros derivativos de hedge "NDF" (saldo em 31 de dezembro de 2016 - US\$80 milhões) para se proteger das flutuações correntes.

A exposição cambial está demonstrada a seguir:

	Consolidado					
	Exposição em dólares					
	norte americanos		Exposição	Exposição em euro		
	31 de deze	embro de	31 de dez	embro de		
	2017	2016	2017	2016		
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras						
circulantes	278.227	144.633	-	-		
Depósitos em garantia e reservas de manutenção	1.237.391	1.061.086	-	-		
Aplicação financeira não circulante	-	-	835.957	752.095		
Instrumentos financeiros	49.530	322.313	-	-		
Outros ativos	314.609	91.056	-	-		
Total ativo	1.879.757	1.619.088	835.957	752.095		
Passivo						
Fornecedores	(255.646)	(313.539)	_	-		
Empréstimos e financiamentos circulante e não	(=====,	(5.5.55)				
circulante	(2.609.704)	(2.143.711)	-	-		
Outros passivos	` (164.949 <b>)</b>	` (96.710)	-	-		
Opção de compra da HNA nos benefícios econômicos	, ,	,				
dos Bonds conversíveis da TAP (Nota 22)	-	-	-	(154.361)		
Total passivo	(3.030.299)	(2.553.960)		(154.361)		
Derivativos (NDF) – "Notional"	1.223.960	260.728	-			
Exposição líquida	73.418	(674.144)	835.957	597.734		

<sup>(\*)</sup> HNA - Hainan Airlines Holding Co. Ltd

### Sensibilidade à taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia usou a taxa de câmbio de fechamento de R\$3,3080/US\$ e R\$3,9693/EUR. A seguir está demonstrada a análise de sensibilidade considerando a variação de 25% e 50% sobre a taxa vigente:

Exposição em US\$	25%	-25%	50%	-50%
	R\$4,1350/US\$	R\$2,4810/US\$	R\$4,9620/US\$	R\$1,6540/US\$
Efeito na variação cambial	18.355	(18.355)	36.709	(36.709)
Exposição em EUR	25%	-25%	50%	-50%
	R\$4,9616/EUR	R\$2,9770/EUR	R\$5,9540/EUR	R\$1,9847/EUR
Efeito na variação cambial	208.990	(208.990)	417.980	(417.980)

<sup>(\*)</sup>Em 31 de dezembro de 2017, os empréstimos classificados como capital de giro denominados em dólares no montante de R\$1.383.717 foram trocados para reais, resultando em uma dívida total efetiva de R\$1.226.072 e uma dívida total em reais no montante de R\$2.263.815.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## a.3) Riscos relacionados a variações nos preços de combustível da aviação

A volatilidade dos preços do combustível de aviação é um dos riscos financeiros mais significativos para as companhias aéreas. A gestão do risco do preço do combustível da Companhia tem o objetivo de equilibrar sua exposição no mercado, de modo que não seja nem excessivamente afetados por um aumento repentino nos preços nem incapaz de capitalizar uma queda substancial dos preços dos combustíveis.

A Companhia administra o risco relacionado com a volatilidade dos preços do combustível, através de contratos de preço fixo diretamente com a distribuidora, ou contratos de derivativos negociados diretamente com os bancos. A Companhia pode usar contratos de derivativos de combustível ou subprodutos.

## Sensibilidade ao preço do combustível

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do hedge de combustível para uma possível mudança substancial no mercado, mantendo todas as outras variáveis constantes.

A análise considera uma mudança nos preços do combustível, em reais, em relação à média do mercado para o período e projeta o impacto sobre os instrumentos financeiros, resultante de uma variação de 25% e 50% no preço do combustível de aviação, sendo:

	25%	-25%	50%	-50%
Variação no preço do combustível em reais				
Impacto no hedge de combustível	9.430	(491)	14.390	(5.451)

### a.4) Riscos relacionados a mudanças no valor justo da TAP

Uma vez que os Bonds TAP contêm uma opção de conversão, a Companhia está exposta a mudanças no valor justo da TAP.

A aquisição dos Bonds TAP faz parte da estratégia comercial da Companhia para criação de sinergias entre a Companhia e a TAP, e por ter a opção de se tornar um acionista direto da TAP caso o preço de mercado da TAP seja economicamente interessante para converter a dívida em capital.

# b) Risco de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras, principalmente representados nas rubricas de: contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, incluindo depósitos bancários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O risco de crédito do "contas a receber" é composto por valores a vencer das maiores administradoras de cartões de crédito e vendas parceladas. É prática avaliar os riscos das contrapartes em instrumentos financeiros e diversificar a exposição.

Os instrumentos financeiros são realizados com contrapartes que possuem rating mínimo A na avaliação feita pelas agências S&P e Fitch, ou, na sua grande maioria, são contratados em bolsa de valores de mercadorias e futuros, o que mitiga substancialmente o risco de crédito. Os Bonds Conversíveis da TAP são garantidos por certos ativos intangíveis.

# c) Risco de liquidez

Risco de liquidez assume duas formas distintas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro está relacionado aos preços vigentes de mercado e varia de acordo com os tipos de ativos e mercados em que são negociados. Já o risco de liquidez de fluxo de caixa está relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações operacionais contratadas nas datas previstas.

Como forma de gestão do risco de liquidez, a Companhia aplica seus recursos em ativos líquidos (títulos públicos federais, CDBs e fundos de investimento com liquidez diária) e a Política de Gestão de Caixa da Companhia estabelece que o prazo médio ponderado da dívida deve ser maior que o prazo médio ponderado do portfólio de investimento.

Cronograma dos passivos financeiros detidos pela Companhia a seguir:

31 de dezembro de 2017	Imediato	Até 6 meses	7 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	102.600	221.954	243.680	1.329.641	1.592.012	3.489.887
Fornecedores	629.062	235.476	88.996	-	-	953.534
Passivos de transações com						
derivativos	21.571	125	26.826	378.415	-	426.937
Provisões		-	-	73.036	162	73.198
	753.233	457.555	359.502	1.781.092	1.592.174	4.943.556

## Gestão do capital

Os ativos podem ser financiados por capital próprio ou capital financiado. Caso a opção por capital próprio seja feita, esta pode utilizar recursos provenientes de aportes de capital pelos acionistas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A utilização de recursos financiados será sempre uma opção a ser considerada, principalmente quando a Administração entender que este custo será menor que o retorno gerado pelo ativo adquirido. É importante apenas assegurar que seja mantida uma estrutura de capital eficiente, que propicie solidez financeira e ao mesmo tempo viabilize seu plano de negócios. Por ser uma indústria de capital intensivo, com investimentos consideráveis em ativos de alto valor agregado, é natural que empresas do setor de aviação apresentem um grau de alavancagem elevado.

O capital é gerenciado por meio de índices de alavancagem, que é definido como endividamento líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e patrimônio líquido total. A Administração procura manter esta relação em níveis iguais ou inferiores aos níveis da indústria. A Administração inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos (inclui as debêntures) menos caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e não circulante e aplicações financeiras vinculadas circulante e não circulante.

A estrutura do capital é formada pelo endividamento líquido, definido como o total de empréstimos e financiamentos (incluindo as debêntures), líquido de caixa e equivalentes de caixa e outros ativos financeiros de curto prazo e pelo capital que é definido como o patrimônio líquido total dos acionistas e endividamento líquido.

A Companhia não está sujeita a nenhuma necessidade de capital imposta externamente. O capital total é definido como o total do patrimônio líquido somado à dívida líquida como seque:

	Consolidado		
	31 de dezembro de		
	2017	2016	
Patrimônio líquido	2.833.610	1.001.987	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6) Aplicações financeiras (Nota 7) Aplicação financeira não circulantes (Nota 22) Aplicações financeiras vinculadas (*) (Nota 8) Passivo financeiro a valor justo por meio do resultado (Nota 23) Empréstimos e financiamentos (*) (Nota 18)	(762.319) (1.036.148) (835.957) (8.808) - 3.489.887	(549.164) (331.210) (753.200) (162.036) 44.655 4.034.495	
Dívida líquida	846.655	2.283.540	
Capital total	3.680.265	3.285.527	

<sup>(\*)</sup> Inclui circulante e não circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

	Control	adora	Conso	lidado
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e depósitos bancários Equivalentes de caixa	11.132	24	160.429	156.915
Certificado de depósito bancário – CDB	-	-	290.829	392.249
Fundos de investimentos	659		311.061	
	11.791	24	762.319	549.164

O montante total reconhecido como caixa e depósitos bancários refere-se a contas correntes com as principais instituições financeiras brasileiras.

Os CDBs são indexados ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e são resgatáveis a qualquer momento.

Os fundos de investimento são compostos por CDBs e operações compromissadas, denominados em reais e junto a instituições financeiras.

Equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

# 7. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão descritas abaixo:

	Controla	adora	Consoli	dado
	31 de dezembro		31 de dezembro	
	2017	2016	2017	2016
Outras aplicações financeiras circulantes	-	-	57.363	193.782
Fundo de investimento	9.636	309	978.785	137.428
	9.636	309	1.036.148	331.210

Os fundos de investimento são representados por títulos governamentais, notas bancárias, CDBs, denominados em reais e junto a instituições financeiras, e debentures emitidas por empresas com classificação de risco B e BB+, com taxas médias de juros acumuladas de 103,5% do CDI. Os títulos governamentais brasileiros compreendem Letras do Tesouro Nacional ("LTN"), Letras Financeiras do Tesouro ("LFT") e Notas do Tesouro Nacional ("NTN").

As aplicações financeiras são classificadas como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 8. Aplicações financeiras vinculadas

Aplicações financeiras vinculadas referem-se a depósitos em garantia vinculados a empréstimos (FINEM para aquisição de aeronaves, motores e equipamentos) requeridos por certas instituições financeiras. Estes depósitos foram aplicados em CDBs pós-fixados e em operações compromissadas DI – "Investimentos vinculados à taxa de juros do Depósito Interbancário". A remuneração dessas aplicações varia entre 100,0% até 101,0% do CDI.

## 9. Contas a receber

Cartões de crédito
Faturamento de agências
Outras contas a receber
Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Consolidado			
31 de deze	31 de dezembro de		
2017 2016			
676.338	457.719		
<b>92.899</b> 73.143			
<b>152.116</b> 147.752			
(6.925)	(5.339)		
914.428	673.275		

As vendas realizadas através de cartão de crédito são recebíveis junto às administradoras em parcelas de até doze meses. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo das parcelas a receber com prazo superior a 60 dias é de R\$573.564 (31 de dezembro de 2016 - R\$353.907). Em 31 de dezembro de 2017, o prazo médio de recebimento era de 36 dias (31 de dezembro de 2016 – 32 dias). Geralmente, é cobrado juros nas vendas parceladas com prazo superior a seis meses.

A Companhia realiza antecipação de recebíveis das operadoras de cartões de crédito, a fim de obter recursos destinados ao capital de giro. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia antecipou recebíveis de cartão de crédito com o valor bruto de R\$3.153.785 (31 de dezembro de 2016 - R\$4.717.376). Como esses recebíveis são de empresas de cartões de crédito e apresentam baixo risco, foram transferidos sem risco para a Companhia em caso de inadimplência dos clientes. Sendo assim, o contas a receber foi desreconhecido na integra e os descontos relacionados a custos de juros, no montante de R\$35.351, foram reconhecidos na demonstração do resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (31 de dezembro de 2016 - R\$97.669).

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa são:

	Consc	Consolidado	
	31 de dezembro de		
	2017	2016	
Saldo no início do exercício	5.339	8.068	
Adições	2.358	1.554	
Reversões	(772)	(4.283)	
Saldo no final do exercício	6.925	5.339	

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os vencimentos do contas a receber são:

	Consolidado 31 de dezembro de	
	2017	2016
Não vencidos	747.324	668.623
Vencidos até 90 dias	167.104	4.652
Vencidos acima de 91 dias	6.925	5.339
	921.353	678.614

# 10. Estoques

	Consolidado 31 de dezembro de	
	2017	2016
Peças e materiais de manutenção	151.441	116.761
Comissaria e uniformes	11.627	9.234
Provisão de perdas no estoque	(12.675)	(18.893)
	150.393	107.102

# 11. Despesas antecipadas

	Consolidado 31 de dezembro de	
	2017	2016
Prêmios de seguros	24.337	23.955
Gastos com arrendamentos de aeronaves e motores	42.296	37.887
Comissão fiança	15.530	14,050
Outros gastos antecipados	32.093	28,516
	114.256	104.408
Não circulante	4.472	6.907
Circulante	109.784	97.501

As antecipações de arrendamento de aeronaves e motores estão sendo apropriadas ao resultado de forma linear durante o prazo do contrato.

#### 12. Partes relacionadas

## a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

As pessoas chave da Administração incluem os conselheiros, diretores e membros do Comitê Executivo. A remuneração e os encargos pagos ou a pagar por serviços estão demonstrados a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado Exercício findo em 31 de	
	2017	2016
Salários e encargos	17.377	16.702
Bônus	6.724	6.225
Plano de remuneração baseada em ações	24.775	11.633
•	48.876	34.560

#### b) Garantias e avais concedidos pela controladora

A Companhia concedeu garantias em aluguel de imóveis para alguns de seus executivos e o total envolvido não é significativo.

## c) Contrato de manutenção

A ALAB celebrou contratos de manutenção de aeronaves com a TAP Manutenção e Engenharia Brasil S/A ("TAP ME"). A TAP ME pertence ao mesmo grupo econômico da TAP.

O valor total dos serviços adquiridos pela Companhia nos termos do contrato de manutenção durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$83.295 (31 de dezembro de 2016 – R\$126.024)

#### d) Contrato de Codeshare

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia firmou um contrato de *codeshare* com a United e com a TAP. O contrato de *codeshare* prevê o transporte de passageiros cujas passagens tenham sido emitidas por uma das companhias e o serviço for realizado pela outra.

#### e) Contrato de mútuo

Em 02 de setembro de 2016, a Companhia assinou um contrato de mútuo com um acionista no montante de US\$2.8 milhões (31 de dezembro de 2017 - R\$9.711). Os juros correspondem a LIBOR mais taxa de 2,3% ao ano com vencimento em 2019.

Em 24 de novembro de 2017, a Companhia assinou um contrato de mútuo com a HNA no montante de US\$22 milhões (31 de dezembro de 2017 - R\$73.241). Os juros correspondem a 1,0% ao mês do montante principal, com vencimento em 364 dias. O contrato prevê como garantia o penhor de 25.472.852 ações da Companhia detidas pela HNA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### f) Transações com a TAP

A Companhia celebrou transações com a TAP conforme demonstrado abaixo:

	Consolid	lado	
	Exercício findo em 31 de		
_	2017	2016	
Subarrendamento de aeronaves (i)	(8.570)	(126.006)	
Bonds Conversíveis TAP (ii)	202.921	289.051	
	194.351	163.045	

## i. Sub-arrendamento de aeronaves

Em março de 2016, a Companhia sub-arrendou quinze aeronaves à sua parte relacionada TAP. Sete dos quinze contratos de arrendamento foram executados em um momento em que o preço do aluguel no mercado de aeronaves era menor do que quando os contratos de arrendamento originais foram executados. Embora a Companhia acredite que as taxas desses sete contratos representassem taxas de mercado aproximadas no momento da sua execução, a Companhia receberá da TAP um valor inferior ao valor que a Companhia deve pagar nos arrendamentos correspondentes. Essa diferença, considerando o prazo total dos contratos de subarrendamento descontado a seu valor presente, totaliza em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$68.949 (31 de dezembro de 2016 – R\$115.652), e foi registrada como provisão para as obrigações de contrato oneroso, conforme requerido pela IAS 37 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes" representando o montante remanescente dos futuros custos inevitáveis desses arrendamentos.

A perda reconhecida em "Resultado de transações com partes relacionadas, líquido" no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 refere-se à constituição da provisão de arrendamento oneroso. O ganho reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é principalmente impulsionado por i) reversão de parte da provisão referente a despesas evitáveis caso a Companhia exerça uma opção de rescisão antecipada de certos contratos com o arrendador líquido de multa aplicáveis e; ii) uma atualização das estimativas utilizadas no cálculo do valor presente do passivo com base nas últimas informações disponíveis no mercado.

Em julho de 2017, a Companhia subarrendou duas aeronaves adicionais para a TAP. Essas aeronaves são de propriedade da Companhia e as taxas nessas locações representavam taxas de mercado no momento da sua execução. Além disso, duas das quinze aeronaves inicialmente subarrendadas foram devolvidas pela TAP, resultando em um total de quinze aeronaves subarrendadas à TAP em 31 de dezembro de 2017.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia recebeu da TAP o montante de R\$113.391 e pagou aos arrendadores o montante de R\$138.042, referente aos quinze subarrendamentos.

## ii. Bonds TAP

Em 14 de março, 2016, a Companhia adquiriu dívidas conversíveis de série A emitidas pela TAP ("Bonds TAP") no montante de €90 milhões. Os Bonds TAP são conversíveis, no total ou em parte e a opção de conversão em novas ações da TAP possui direito a benefícios econômicos preferenciais ("Ações TAP"). Após a conversão total, as Ações TAP representarão 6,0% do capital total e votante da TAP, com o direito de receber dividendos ou outras distribuições correspondentes a 41,25% dos lucros distribuíveis da TAP.

A opção pode ser exercida a partir de julho de 2016. Os Bonds TAP têm vencimento de 10 anos a partir de sua emissão, com juros anuais de 3,75% até 20 de setembro de 2016 e à taxa de 7,5% nos anos seguintes. Os juros provisionados serão pagos na data de vencimento ou até o resgate antecipado dos títulos, o que ocorrer primeiro

A TAP tem o direito de resgatar antecipadamente os Bonds TAP se ainda não tiverem sido convertidos e (i) antes da ocorrência de um IPO ou (ii) em até 4 anos da emissão dos Bonds TAP, desde que a TAP esteja em conformidade com certos covenants financeiros. Os Bonds TAP serão resgatados pelo valor do principal, juntamente com os juros acumulados não pagos.

Os Bonds TAP, bem como a opção de convertê-los em ações TAP, foram classificados como um único ativo financeiro registrado pelo valor justo por meio do resultado sob a rubrica "Resultado de transações com partes relacionadas, liquido", classificado no balanço patrimonial em "Aplicação financeira não circulante".

As mudanças no valor justo dos Bonds TAP durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, totalizaram um ganho líquido de R\$202.921, incluindo o ganho referente ao desreconhecimento do instrumento derivativo das opções da HNA sobre os Bonds TAP no montante de R\$154.361 (Nota 22), devido ao vencimento da opção sem o exercício da mesma.

#### g) Hainan Airlines Holding Co. Ltd

Em 5 de fevereiro de 2016, a Companhia firmou um Acordo de Investimento com a HNA, no qual a HNA comprometeu-se a fazer um aporte de capital de US\$450 milhões (equivalente a R\$1.753.875 em 5 de fevereiro de 2016). O Acordo de Investimento consiste no seguinte:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### i- Aporte de capital

Em 14 de março de 2016, a Companhia recebeu aproximadamente US\$100 milhões (equivalente a R\$360.769) da HNA relacionado a um empréstimo conversível em ações preferenciais Classe D da Azul e na mesma data adquiriu €90 milhões (equivalente a R\$360.769) em Bonds conversíveis Serie A emitidos pela TAP.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia converteu o empréstimo em aumento de capital no montante de R\$324.792 e recebeu o montante aproximado de US\$350 milhões (equivalente a R\$660.382). Os montantes foram alocados da seguinte maneira (i) subscrição de 63.241.900 ações preferenciais classe D da Azul, resultando em aumento de capital no montante de R\$985.174 e (ii) alocação de R\$487.934 na rubrica "Reserva de capital" (Nota 21).

De acordo com os termos do contrato, a HNA tinha a opção de adquirir parte dos benefícios econômicos dos Bonds Conversíveis da TAP no valor *notional* de €30 milhões. A opção venceu em 2 de dezembro de 2017 e não foi exercida. O valor justo desta opção anteriormente reconhecido como passivo financeiro (Nota 22) no montante de R\$154.361 foi reconhecido como ganho em "Resultado de transações com partes relacionadas, líquido".

#### ii- Interesse econômico agregado na TAP

Em razão do exercício da opção de subscrição dos Bonds conversíveis Série A da TAP pela Parpública – Participações Públicas' ("Parpública"), uma entidade controlada pelo governo Português, no montante de €30 milhões, a fim de restabelecer a participação indireta da HNA na TAP, a Companhia concordou em transferir para a HNA títulos da Atlantic Gateway ou outros instrumentos que representassem, no momento da emissão, um interesse econômico agregado de 3% na TAP em base diluída imediatamente após a transferência ("Transação de Liquidação"). Essa obrigação estava avaliada em €6,9 milhões (equivalente a R\$26.007).

#### h) Garantias de partes relacionadas

Em 15 de setembro de 2017, a ALAB assinou um Instrumento de Garantia e Indenização, garantindo as obrigações e passivos relacionados aos contratos de arrendamento operacional de três aeronaves A350-900XW firmados pelas companhias aéreas Hong Kong Airlines e Beijing Capital Airlines, ambas pertencentes ao mesmo grupo econômico da HNA, acionista da Companhia, com a Wilmington Trust SP Services (Dublin) Limited.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### i) Contratos de arrendamento operacional

Em 12 de setembro de 2017, a ALAB celebrou contratos de arrendamento operacional para cinco aeronaves A330 neo com a Avolon Aerospace Leasing Ltd ("Avolon"). Avolon pertence ao mesmo grupo econômico da HNA, acionista da Companhia.

A Companhia realizou extenso processo de tomada de preços, tendo como participantes os principais *players* do mercado internacional de leasing de aeronaves, incluindo os concorrentes da Avolon. Após a conclusão deste processo, a transação com a Avolon apresentou os melhores termos e condições para a Companhia. Esta transação foi concluída com base nos termos comerciais normais que seriam aplicáveis em transações com terceiros.

## 13. Depósitos em garantia e reservas de manutenção

	Consolidado	
	31 de dez	embro de
	2017	2016
Depósitos em garantia	180.992	219.772
Reserva de manutenção	1.078.135	858.233
	1.259.127	1.078.005

Os depósitos em garantia e reservas de manutenção são denominados em dólares norteamericanos e atualizados de acordo com flutuações cambiais. Os depósitos em garantia referemse a contratos de leasing de aeronaves e são reembolsáveis para a Companhia na devolução das aeronaves ao final do contrato de leasing. As reservas de manutenção são pagas para alguns contratos de leasing como garantia para a execução de determinados eventos de manutenção. Tais reservas são reembolsáveis na execução dos eventos de manutenção, respeitadas determinadas condições.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia entende que os depósitos referentes às reservas de manutenção registrados sejam recuperáveis pois são menores ou iguais ao custo estimado do evento de manutenção relacionado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu a baixa de R\$9.638 (31 de dezembro de 2016 - R\$4.037) na rubrica "Materiais de manutenção e reparo" na demonstração de resultados consolidados, referente aos depósitos que provavelmente não serão reembolsados dado que o último evento de manutenção antes do retorno da aeronave já foi realizado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia substituiu depósitos em garantia e reserva de manutenção por garantias bancárias e foi reembolsada nos montantes de R\$25.333 e R\$32.624, respectivamente (31 de dezembro de 2016 - R\$21.120 e R\$62.615, respectivamente).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentações do saldo da reserva de manutenção e depósito em garantia a seguir:

		Consolidado	
	Reserva de manutenção	Depósito em garantia	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	917.091	298.618	1.215.709
Adições Recebimentos de subarrendamento (*) Baixas Reembolsos Variações cambiais	298.327 - (4.037) (199.655) (153.493)	60.282 (28.813) (7.461) (61.215) (41.639)	358.609 (28.813) (11.498) (260.870) (195.132)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	858.233	219.772	1.078.005
Adições Recebimentos de subarrendamento (*) Baixas Reembolsos Variações cambiais	291.429 (9.638) (81.013) 19.124	25.815 3.275 - (69.441) 1.571	317.244 3.275 (9.638) (150.454) 20.695
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.078.135	180.992	1.259.127

<sup>(\*)</sup> Refere-se ao valor recebido da TAP relacionado aos depósitos em garantia do subarrendamento de aeronaves.

# 14. Investimentos

# a) Informações sobre investimentos, controladora

	Ações possuídas pela Companhia	Participação da	Companhia		
	Ordinárias	No capital social Integralizado (%)	No capital votante (%)	Patrimônio líquido	Lucro líquido/ (prejuízo)
Em 31 de dezembro de 2016					
ALAB	260.809.600	100	100	(282.767)	(549.064)
Canela	n/a	100	100	(31.227)	`285.111
TudoAzul	80.542.264	100	100	(49.263)	24.167
Em 31 de dezembro de 2017					
ALAB	260.809.600	100	100	1.298.549	268.018
TudoAzul	80.542.264	100	100	(22.124)	27.139

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### b) Movimentação dos investimentos, controladora

	ALAB	Canela	TudoAzul (antiga TRIP) (**)	Total dos investimentos (***)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(830.317)	(319.480)	817.450	(332.347)
Resultado de equivalência patrimonial Resultado de equivalência patrimonial - ajustado (*) Lucro não realizado	(549.064)	285.111	24.167 (54.518)	(239.786) (54.518)
Oferta privada – investimento Aumento de capital	127.595 901.660	1.638 - -	- - -	1.638 127.595 901.660
Reserva com base em ações da controlada  Hedge de fluxo de caixa	9.879 57.480	- 1.504	- -	9.879 58.984
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(282.767)	(31.227)	787.099	473.105
Resultado de equivalência patrimonial Resultado de equivalência patrimonial - ajustado (*) Lucro não realizado	268.018 - 5.849 1.192.319	79.602 - 6.466	27.139 (6.046) -	374.759 (6.046) 12.315 1.192.319
Aumento de capital Oferta privada – investimento Cessão de ativos	15.405 55.108 28.140	(55.108)	• •	15.405 - 28.140
Reserva com base em ações da controlada Hedge de fluxo de caixa	22.325	267		22.592
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.304.397	-	808.192	2.112.589

<sup>(\*)</sup> Refere-se à amortização do valor justo decorrente da aquisição da TudoAzul (antiga TRIP), bem como valores reembolsáveis pelos antigos acionistas, referente a eventos anteriores à aquisição.

#### 15. Imobilizado

O imobilizado é composto, principalmente, por "aeronaves e motores" e equipamentos de aeronaves. O saldo registrado na linha "aeronaves e motores" referem-se a aeronaves próprias, a capitalização da manutenção pesada e checks estruturais relacionados as aeronaves próprias.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou transações de "sale and leaseback" de algumas aeronaves e motores próprios. O ganho, líquido dos custos de venda, relacionado à operação de "sale and leaseback" das aeronaves de R\$75.410 (31 de dezembro de 2016 – R\$51.921) foi reconhecido na rubrica "Outras despesas operacionais, líquidas". O impacto não monetário desta transação totalizou R\$325.121, referente à dívida da aeronave, que foi transferida para o comprador no momento da venda.

<sup>(\*\*)</sup> Inclui o ágio por expectativa de rentabilidade futura originado da aquisição do TudoAzul (antiga TRIP) em 2012, no montante de R\$753.502, o qual representa a contraprestação transferida, menos o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, líquidos.

<sup>(\*\*\*)</sup> Saldo líquido da perda com investimento nas controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A perda relacionada às operações de "sale and leaseback" realizadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$4.183, cuja reaquisição resultou em arrendamento financeiro, foi reconhecido na rubrica "Outros passivos" e será amortizado no resultado ao longo do contrato de arrendamento, pelo prazo médio de 120 meses.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia vendeu algumas aeronaves próprias. O ganho, relacionado com essa operação no montante de R\$70.729 foi reconhecido na rubrica "Outras despesas operacionais, liquidas".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia alterou alguns termos dos contratos de arrendamento de aeronaves, previamente classificados como arrendamentos operacionais que resultou na classificação desses contratos para aluguéis. O impacto na demonstração financeira foi um aumento de R\$449.800 em "aeronaves e motores" com o correspondente aumento em "empréstimos e financiamentos".

## a) Composição:

		Cons	solidado	
	31 (	de dezembro de 2	2017	31 de dezembro de 2016
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Edificações e benfeitorias	117.903	(46.312)	71.591	67.396
Equipamentos e instalações	112.800	(67.078)	45.722	40.992
Veículos	1.085	(788)	297	178
Móveis e utensílios	17.190	(8.̈717)́	8.473	8.593
Equipamentos de aeronaves	908.659	(260.696)	647.963	547.606
Aeronaves e motores	2.770.171	(413.291)	2.356.880	2.626.463
Pagamentos antecipados para		, ,		
aguisição de aeronaves	148.903	-	148.903	100.446
Imobilizado em andamento	45.706	-	45.706	48.306
	4.122.417	(796.882)	3.325.535	3.439.980

## b) <u>As movimentações no custo e na depreciação acumulada são:</u>

			Consolidad	lo			
		Custo					
	31 de dezembro de 2016	Aquisições	Baixas	Transferências	31 de dezembro de 2017		
Edificações e benfeitorias	97.324	17.728	-	2.851	117.903		
Equipamentos e instalações	95.220	17.813	(233)	-	112.800		
Veículos	2.559	255	(1.729)	-	1.085		
Móveis e utensílios	15.722	1.481	` (13)	-	17.190		
Equipamentos de aeronaves	740.900	180.554	(17.995)	5.200	908.659		
Aeronaves e motores Pagamentos antecipados para	3.016.934	351.954	(615.333)	16.616	2.770.171		
aguisição de aeronaves	100.446	53.764	(5.307)	-	148.903		
Imobilizado em andamento	48.306	22.067	` _	(24.667)	45.706		
	4.117.411	645.616	(640.610)	• •	4.122.417		

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

> Edificações e benfeitorias Equipamentos e instalações Veículos Móveis e utensílios Equipamentos de aeronaves Aeronaves e motores

	Consolidado					
	Depre	ciação acum	ulada			
31 de dezembro de 2016	Depreciações	Baixas	Transferências	31 de dezembro de 2017		
(29.928)	(16.384)	-	-	(46.312)		
(54.228)	(12.889)	39	-	(67.078)		
(2.381)	(98)	1.691	-	(788)		
(7.129)	(1.590)	2	-	(8.717)		
(193.294)	(71.072)	3.524	146	(260.696)		
(390.471)	(160.361)	137.687	(146)	(413.291)		
(677.431)	(262.394)	142.943	-	(796.882)		

Para as aeronaves próprias, a Companhia adota o método de custo diferido, que consiste na capitalização em ativo imobilizado, o custo com as manutenções pesadas e checks estruturais. Por esse método, o custo dos eventos de manutenção pesada e check estruturais é capitalizado e amortizado através da despesa de amortização até o próximo evento. A manutenção pesada e checks estruturais de aeronaves mantidas sob arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no momento do evento, e registrada na rubrica "Materiais de manutenção e reparo".

A estimativa do evento de manutenção pesada e checks estruturais subsequentes de cada aeronave é feita com base no prazo médio de remoção dos motores segundo especificações dos fabricantes dos motores e no desempenho histórico da frota da Companhia, que poderão ser alterados de acordo com a utilização de cada motor ou alterações nos intervalos especificadas pelos fabricantes. Adicionalmente, a estimativa poderá ser afetada por eventos não programados que podem danificar os componentes da aeronave e exigem um evento de manutenção pesada e checks estruturais antes da manutenção programada.

Com base em análise técnica e para refletir as perspectivas atuais da Companhia para o uso de seus ativos, a vida útil média dos eventos principais de manutenção de motores foi revisada de cinco para seis anos. A mudança na vida útil foi calculada de forma prospectiva.

A amortização dos custos de manutenção pesada e checks estruturais, contabilizada de acordo com o método de custo diferido e as despesas efetivamente incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, representando o total de despesas com manutenção e reparo, são como segue:

Amortização dos custos com manutenção Materiais de manutenção e reparo

Consolidado					
31 de deze	31 de dezembro de				
2017	2016				
(63.236)	(51.462)				
(568.144)	(708.739)				
(631.380)	(760.201)				

A Companhia realizou uma análise de impairment em 31 de dezembro de 2017. Não foram reconhecidos quaisquer prejuízos no imobilizado como resultado dessa análise.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 16. Intangível

## a) Composição

Ágio por expectativa de rentabilidade futura (i) Licença de operação em aeroportos (ii) Software

	Consolidado					
_	31 de dezembro de					
	2017		2016			
	Amortização					
Custo	acumulada	Valor líquido	Valor líquido			
753.502	-	753.502	753.502			
82.196	-	82.196	82.196			
257.275	(131.973)	125.302	106.918			
1.092.973	(131.973)	961.000	942.616			

## b) As movimentações no custo e na amortização acumulada são como segue:

Ágio por expectativa de rentabilidade futura (i) Licença de operação em aeroportos (ii) Software

	Consolidado	<u> </u>	
	Custo		
Aquisições	Baixas	Transferência	31 de dezembro de 2017
-	-	-	753.502
-	-	-	82.196
56.148	(480)	-	257.275
56.148	(480)	-	1.092.973
	- - 56.148	Custo  Aquisições Baixas  56.148 (480)	Aquisições         Baixas         Transferência           -         -         -           -         -         -           56.148         (480)         -

Consolidado

		Consolidado Amortização Acumulada					
	31 de dezembro de 2016	dezembro Amortização de					
Software	(94.689)	(37.399)	115		(131.973)		
	(94.689)	(37.399)	115	-	(131.973)		

<sup>(</sup>i) O ágio por expectativa de rentabilidade futura contabilizado é originado da aquisição do TudoAzul (antiga TRIP) em 2012. O montante de R\$753.502 representa a contraprestação transferida, menos o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, líquidos.

<u>Teste de perda por redução do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura e licenças de operação em aeroportos</u>

#### Agio na aquisição do TudoAzul (antiga TRIP)

A Companhia realizou testes anuais de perda ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2017, definindo que o método mais adequado para estimar o valor recuperável da única UGC (unidade geradora de caixa) da Companhia é a metodologia de fluxo de caixa descontado, resultando no valor em uso.

<sup>(</sup>ii) Como parte da alocação do preço de compra da aquisição da TudoAzul (antiga TRIP), a Companhia reconheceu o valor das licenças de exploração de determinados aeroportos e tem vida útil indefinida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para determinar o valor contábil da UGC, a Companhia combina os ativos intangíveis de sua única UGC, pois o benefício econômico é gerado pela combinação de ambos.

A Companhia aloca o ágio por expectativa de rentabilidade futura e as licenças de operação em aeroportos na única UGC, conforme apresentado abaixo:

	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	Ágio por expectativa de rentabilidade futura	Licença de operação em aeroportos	Ágio por expectativa de rentabilidade futura	Licença de operação em aeroportos
Valor contábil Valor contábil – UGC	753.502 3.330.070	82.196	753.502 3.439.980	82.196
Valor em uso	6.784.855	538.863	4.623.832	244.737
Taxa de desconto antes dos impostos Taxa de crescimento na perpetuidade	11,5% 3,0%	12,5% 4,0%	19,2% 3,4%	20,5% 4,4%

As premissas utilizadas nos testes de perda do valor recuperável do ágio e outros ativos intangíveis são consistentes com os planos operacionais e as projeções internas da Companhia, elaboradas para um período de cinco anos. Após este período, presume-se uma taxa de perpetuidade de crescimento das projeções operacionais. As premissas e projeções são revisadas e aprovadas pela administração. O fluxo de caixa descontado que determinou o valor em uso da UGC foi preparado de acordo com o plano de negócios da Companhia aprovado em 15 de dezembro de 2017.

As seguintes premissas foram consideradas:

- Frota e capacidade: plano de frota operacional, utilização e capacidade das aeronaves em cada trecho;
- Receita de Passageiros: receita histórica por assento quilômetro voado com crescimento alinhado ao plano de negócios da Companhia;
- Custos Operacionais: indicadores de performance específicos por linha de custo, alinhados ao plano de negócios da Companhia, assim como variáveis macroeconômicas (vide variáveis citadas abaixo);
- Necessidades de investimento: alinhadas ao plano de negócios da Companhia.

A Companhia também considerou variáveis de mercado, como o PIB – Produto Interno Bruto (fonte: Banco Central do Brasil), dólar norte-americano (fonte: Banco Central do Brasil), barril de querosene (fonte: *Bloomberg*) e taxas de juros (fonte: *Bloomberg*).

O resultado do teste de *impairment*, o qual incluiu uma análise de sensibilidade das principais variáveis, demonstrou que o valor recuperável estimado é maior que o valor contábil alocado à unidade geradora de caixa e, portanto, não foi identificado nenhum ajuste do valor recuperável em 31 de dezembro de 2017.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 17. Imposto de renda e contribuição social

## a) <u>Imposto de renda e contribuição social correntes</u>

	Consolidado	
	Exercícios	findos em
	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	597.844	17.666
Taxas de tributos aplicáveis aos lucros	34%	34%
Impostos calculados às alíquotas nominais	(203.267)	(6.006)
Efeitos fiscais		
Resultado das subsidiárias integrais	(13.496)	(14.096)
Variação cambial sobre investimento no exterior	27.064	`91.014́
Benefício constituído (não constituído) sobre prejuízo fiscal e		
diferenças temporárias	39.872	(212.958)
Diferenças permanentes	(8.006)	(2.491)
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social utilizados no		
PERT (*)	83.143	-
Reversão da provisão fiscal (**)	3.573	-
Outros	2.312	557
	(68.805)	(143.980)
lander de marche e contribute de marche	2.875	8.731
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(71.680)	(152.711)
	(68.805)	(143.980)

<sup>(\*)</sup> Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL utilizado no Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT").

<sup>(\*\*)</sup> Reversão da provisão para imposto de renda considerando o prazo de prescrição de cinco anos

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31 de dezembro de	
- -	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Diferenças temporárias	47.740	
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17.746	20.579
Receita diferida Programa TudoAzul	(109.698)	(67.617)
Leasing de aeronaves	(233.057)	(201.120)
Depreciação de aeronaves e motores	(55.258)	79.422
Variação cambial	(11.338)	(105.428)
Ganho diferido referente a venda de aeronaves	`49.27Ó	59.307
Hedge de fluxo de caixa (*)	4.994	17.445
Valor justo dos Bonds TAP	(147.418)	(92.708)
Provisão para contrato oneroso	<b>` 23.44</b> 2	39.322
Instrumentos financeiros	(688)	1.220
Valor justo de aeronaves	(428)	(459)
Valor justo da licença de operação em aeroportos	(27.947)	(27.947)
Combinação de negócios	(4.276)	(5.846)
Outros	41.633	30.208
Imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo), liquido	(453.023)	(253.622)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo sobre prejuízos fiscais	126.112	72.160
Imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo), liquido	(326.911)	(181.462)

<sup>(\*)</sup>Imposto de renda e contribuição social diferidos registrados em "outros resultados abrangentes"

A Companhia compensa ativos e passivos tributários se, e somente se, tiver um direito legal de compensar ativos e passivos tributários correntes e ativos e passivos tributários diferidos relacionados com tributos sobre a renda arrecadados pela mesma autoridade fiscal.

A Companhia possui prejuízos fiscais que estão disponíveis indefinidamente para compensação com lucros tributáveis futuros, como segue:

	31 de dezembro de	
_	2017	2016
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social – líquido	1.940.059	2.254.447
Prejuízos fiscais de imposto de renda (25%) Bases negativas de contribuição social (9%)	485.015 174.605	563.612 202.900

Os ativos fiscais diferidos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não foram reconhecidos em decorrência de não haver evidência de recuperação no futuro próximo, exceto para R\$126.112, relacionados ao limite previsto pela lei tributária de 30% do saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, reconhecido em 31 de dezembro de 2017.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia utilizou os prejuízos ficais no montante de R\$244.485 após aderir ao PERT (Medida Provisória 783/17 convertida na lei 13.496/17), programa de parcelamento de débitos federais da Secretaria da Receita Federal do Brasil ("RFB") e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("PGFN").

O saldo dos débitos incluídos nos programas de parcelamento (REFIS e PERT) está composto conforme abaixo:

	31 de dezembro de	
	2017	2016
Tarifas de navegação (REFIS)	75.561	82.028
Tarifas de navegação (PERT) Total	39.642 115.203	82.028
Passivo circulante	9.772	6.468
Passivo não circulante	105.431	75.560

# 18. Empréstimos e financiamentos

		Consolidado 31 de dezembro de		
	2017	2016		
Empréstimos Debêntures	3.287.427 202.460	2.848.285 1.186.210		
2000	3.489.887	4.034.495		
Não circulante	2.921.653	3.049.257		
Circulante	568.234	985.238		

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 18.1.Empréstimos

				Consolidado 31 de dezembro de	
			Vencimento	,	
	Garantias	Encargos financeiros	final	2017	2016
m moeda estrangeira - US\$					
<u> </u>		LIBOR + "spread" de			
Compra de aeronave	Alienação fiduciária	2,55% até 4,00% a.a.	03/2025	124.361	518.826
•	-	LIBOR + "spread" de			
Arrendamento financeiro	Alienação fiduciária	2,05% a 5,50% a.a.	12/2027	1.108.265	1.250.721
	Garantia de recebíveis e	LIBOR + taxa fixa de			
	aplicações em garantia	2,39% até 5,86% a.a. e			
Capital de giro (*) (**) (a)	da Azul	taxa fixa de 5.90% a.a.	04/2024	1.377.078	351.182
FINIMP	Carta de crédito	5,4% a.a.	11/2017	-	22.982
Denominado em moeda nacional - R\$					
Compra de aeronave (FINEM,	Investimentos e alienação	Taxa fixa de 3,50% até			
FINAME) (*)	fiduciária de aeronave	6,50 a.a.	05/2025	258.432	372.535
Capital de giro	Garantia de recebíveis da Azul	Taxa fixa de 5,0% a.a até 126% do CDI	07/2021	412.056	320.026
oupman do giro	71201	CDI + "spread" de 3.87%	0.7202.		020.020
Arrendamento financeiro	Alienação fiduciária	a.a.	04/2019	7.235	12.013
Outros	Nenhuma	-	-		-
otal em R\$				3.287.427	2.848.285
assivo circulante				405.643	740.696
assivo não circulante				2.881.784	2.107.589

- (\*) Inclui efeito do valor justo do hedge, ganho no montante de R\$4.723 (31 de dezembro de 2016 perda de R\$13.177).
- (\*\*) Em 31 de dezembro de 2017, os empréstimos classificados como capital de giro denominados em dólares no montante de R\$1.383.717 foram trocados para reais, resultando em uma dívida total efetiva de R\$1.226.072 (35,1%) e uma dívida total em reais no montante de R\$2.263.815 (64,9%).
- (\*\*\*) FINIMP é uma operação de crédito para financiar importações. FINEM e FINAME são linhas de crédito especial do BNDES (Banco de desenvolvimento brasileiro)

#### a) Senior notes

A Companhia precificou uma oferta no valor de US\$400 milhões de Senior Notes, sem garantias, com vencimento em 26 de outubro de 2024 e com taxa de juros de 5,875% por ano, exceto se resgatadas antecipadamente de acordo com os termos da oferta. Os juros sobre os Senior Notes serão pagos semestralmente nos dias 26 de abril e 26 de outubro de cada ano, a partir de 26 de abril de 2018.

Em 14 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou operações de derivativos para trocar as taxas de juros das Senior Notes. Mais detalhes na nota 22.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os detalhes dessa transação são os seguintes

	Senior notes	Swap
Moeda	US\$	R\$
Montante	US\$400 milhões	R\$1.314.600
Taxas	Fixa	Pós fixada
Taxas de juros	5,875%	99,1% do CDI

## b) Os montantes não circulantes têm o seguinte vencimento:

	Consolidado		
	31 de deze	mbro de	
	2017	2016	
2018	-	629.644	
2019	292.683	337.657	
2020	434.707	330.894	
2021	367.149	263.793	
Após 2021	1.787.245	545.601	
	2.881.784	2.107.589	

# c) Em garantia dos empréstimos, foram oferecidos os seguintes ativos

Consolidado	
31 de dezembro de	
2017	2016

Imobilizado (valor líquido) em garantia (Nota 15)

**2.356.880** 2.626.463

#### 18.2. Debêntures

				Cons	olidado
				31 de de	zembro de
	Garantias	Juros	Vencimento	2017	2016
Quinta emissão	Recebiveis de cartão de crédito	127% of CDI p.a.	09/2019	-	1.038.285
Sétima emissão	Recebiveis de cartão de crédito	CDI + 2,85% p.a.	12/2018	-	147.925
Oitava emissão	Recebiveis de cartão de crédito	CDI + 1.50% p.a.	01/2019	202.460	-
Total				202.460	1.186.210
Circulante				162.591	244.542
Não Circulante				39.869	941.668

<sup>(\*)</sup> No último trimestre de 2017, a Companhia antecipou os pagamentos dos saldos remanescentes da quinta e sétima emissão no montante de R\$973.515

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os montantes classificados como não circulantes apresentam os seguintes vencimentos.

Consolidado 31 de dezembro de	
-	470.377
39.869	471.291
39.869	941.668
	31 de dez 2017 - 39.869

#### 18.3. Arrendamentos financeiros

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos financeiros e o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2017	2016
2017 2018	- 219.920	222.344 199.851
2019 2020	206.091 212.614	198.767 205.317
2021 Posterior a 2021	159.015 360.182	152.596 331.789
Pagamento mínimo de arrendamento Encargos financeiros	1.157.822 (42.322)	1.310.664 (47.930)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento	1.115.500	1.262.734
Circulante	211.852	214.191
Não circulante	903.648	1.048.543

Os arrendamentos de aeronaves, os quais a Companhia possui substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Os ativos referentes aos arrendamentos financeiros são capitalizados pelo valor presente dos pagamentos mínimos.

Alguns arrendamentos financeiros foram designados como objeto de hedge de fluxo de caixa. A Companhia usou swaps de taxa de juros para converter a taxa pós fixada Libor em uma exposição de taxa fixa, protegendo as volatilidades do fluxo de caixa futuro. Os swaps de taxa de juros têm o mesmo vencimento e termos comuns que os arrendamentos financeiros que eles estão protegendo. Mais detalhes veja nota 21.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 18.4 Cláusulas restritivas "covenants"

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía empréstimos e financiamentos no valor total de R\$497.428 sujeitos a cláusulas e restrições contratuais relacionadas ao nível de endividamento da Companhia e à cobertura dos pagamentos de dívidas. Todas as cláusulas restritivas são mensuradas anualmente.

Cláusula restritiva relativa a:	Indicadores para a mensuração
8ª emissão de debêntures 6ª emissão de notas promissórias	(i) índice de cobertura do serviço da dívida ajustado (ICSD) igual ou superior a 1.2 (ii) alavancagem
Financiamento de aeronaves	financeira menor ou igual a 5.5.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia encontrava-se em conformidade com as cláusulas contratuais restritivas relacionadas aos empréstimos e financiamentos.

## 19. Transportes a executar

O saldo de transportes a executar é composto pelo seguinte:

	Consolidado 31 de dezembro de	
	2017	2016
Transportes a executar	886.987	640.474
Programa TudoAzul	400.447	308.886
	1.287.434	949.360

## 20. Patrimônio líquido

## a) Emissão de ações, todas nominativas e sem valor nominal, e capital autorizado

	Capital social - R\$	Ações Ordinárias	Ações preferenciais	Ações preferenciais Classe "A"	Ações preferenciais Classe "C"	Ações preferenciais Classe "D"
Em 31 de dezembro de 2017 Em 31 de dezembro de 2016	<b>2.163.377</b> 1.488.601	<b>928.965.058</b> 928.965.058	321.753.720 -	- 180.485.574	- 10.843.792	- 63.241.900

#### Conversão de ações

Em 3 de fevereiro de 2017, a Companhia realizou a conversão das 10.843.792 ações preferenciais classe C e das 63.241.900 ações preferenciais classe D em ações preferenciais classe "A". Como resultado, todas as ações preferenciais classe A foram renomeadas simultaneamente como "ações preferenciais".

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto aos acionistas em Assembleia Geral de Acionistas. As ações preferenciais de qualquer classe não conferem direito a voto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As ações preferenciais possuem: i) prioridade de reembolso de capital, ii) o direito de serem incluídas em oferta pública de compra de ações, devido à transferência do controle da Companhia, nas mesmas condições e por um preço por ação equivalente a setenta e cinco (75) vezes o preço por ação pago ao acionista controlador, iii) o direito de receber valores equivalentes a setenta e cinco (75) vezes o preço por ação ordinária após a divisão dos ativos remanescentes entre os acionistas; e iv) o direito de recebimento de dividendos iguais a setenta e cinco (75) vezes o valor pago a cada ação ordinária.

#### Desdobramento de ações

Em 23 de fevereiro de 2017, os acionistas da Companhia aprovaram o desdobramento das ações na proporção de duas ações da mesma espécie e classe para cada uma ação atualmente existente, todos os períodos refletem o desdobramento de ações.

#### Emissão de ações e aumento de capital

### i. <u>IPO</u>

Em 10 de abril de 2017, a Companhia aprovou o aumento de capital no montante de R\$1.323.000 com a emissão de 63.000.000 ações preferenciais.

Em 19 de abril de 2017, a Companhia concluiu sua oferta global de 96.239.837 ações preferenciais, das quais 63.000.000 eram oferecidas pela Companhia e 33.239.837 ações preferenciais oferecidas pelos acionistas vendedores. O preço inicial de oferta foi de R\$21,00 por ação preferencial e US\$20,06 por ADS (cada ADS corresponde a 3 ações preferenciais).

## ii. Exercício das opções de compra de ações

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia aprovou a emissão de ações no montante de R\$13.276, referente a 4.182.454 ações preferenciais relacionadas ao exercício de opções de compra de ações.

#### b) Custo com emissão de ações

Conforme determinado no Pronunciamento CPC 08 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, a Companhia registrou em conta redutora do capital social os valores pagos relacionados a abertura do capital, liquido dos efeitos tributários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores registrados foram os seguintes:

	31 de dezembro de 2017
Custos com emissão de ações Créditos tributários do imposto de renda e da contribuição social	68.596 (23.320)
Custos com emissão de ações, líquido	45.276

Em 31 de dezembro de 2017 foram reconhecidos custos no montante de R\$26.007, referentes a uma obrigação com a HNA relacionada ao aporte de capital em 2016, conforme descrito na Nota 12 g.

#### c) Reserva de capital

c.1) Pagamento baseado em ações

A reserva de pagamento baseado em ações é usada para reconhecer o valor destes benefícios concedidos a empregados, incluindo a alta Administração da Companhia, como parte de sua remuneração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi registrada uma despesa com remuneração baseada em ações no valor de R\$29.889 (31 de dezembro de 2016 – R\$9.879) sob a rubrica de "Salários e benefícios".

- c.2) Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu o montante de R\$487.934 na rubrica "Reservas de capital" referente ao valor remanescente das ações emitidas para a HNA (Nota 12 g) i.).
- c.3) Em 10 de abril de 2017, a Companhia reconheceu o montante de R\$646.479, liquido da perda de variação cambial no montante de R\$15.021, na rubrica "Reservas de capital" referente ao valor remanescente das ações emitidas para o IPO (Nota 12).
- c.4) Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu o montante de R\$10.186, na rubrica "Reservas de capital" referente ao valor remanescente das ações emitidas para o exercício da opção de compra de ações.
- c.5) Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu o montante de R\$5.563, referente a emissão de 781.255 ações ao pessoal-chave da administração, devido ao exercício das opções de ações a serem pagas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### d) Dividendos

De acordo com o estatuto da Companhia, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 0,1% do lucro líquido do exercício da Companhia, após as deduções da reserva legal, das reservas de contingências e do ajuste previsto na Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). Se a Companhia possuir prejuízos acumulados, não haverá distribuição de dividendos.

Os juros sobre o capital próprio, dedutíveis para fins de imposto de renda, pagos ou creditados, podem ser deduzidos dos dividendos obrigatórios. Os juros pagos sobre o capital próprio são tratados como pagamento de dividendos para fins contábeis.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia não distribuiu dividendos.

#### e) Outros resultados abrangentes

As variações do valor justo dos instrumentos derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidas sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes", líquidos dos efeitos tributários, no montante de R\$11.192 e R\$33.785 em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (líquido de efeito tributário de R\$3.496 e R\$17.445) respectivamente.

## f) Ações em tesouraria

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia comprou 103.000 ações em tesouraria totalizando R\$2.745.

# 21. Lucro (prejuízo) por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação ordinária é calculado dividindo o lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas da Azul pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, incluindo a conversão da quantidade média ponderada de ações preferenciais, em circulação durante o período, em ações ordinárias.

O lucro ou prejuízo diluído por ação ordinária é calculado dividindo o lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas da Azul, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período de 31 de dezembro de 2017 e 2016, incluindo a conversão da quantidade média ponderada de ações preferenciais, em circulação durante o período, em ações ordinárias, acrescido da quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O lucro ou prejuízo básico por ação preferencial é calculado dividindo o lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas da Azul pela quantidade média ponderada de ações preferenciais em circulação durante o período de 31 de dezembro de 2017 e 2016, incluindo a conversão da quantidade média ponderada de ações ordinárias, em circulação durante o período, em ações preferenciais.

O lucro ou prejuízo diluído por ação preferencial é calculado dividindo o lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas da Azul, pela quantidade média ponderada de ações preferenciais em circulação durante o período, incluindo a conversão da quantidade média ponderada de ações ordinárias, em circulação durante o período de 31 de dezembro de 2017 e 2016, em ações preferenciais, acrescido da quantidade média ponderada de ações preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações preferenciais potenciais diluidoras em ações preferenciais.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro (prejuízo) líquido por ação ordinária e preferencial em milhares, exceto valores por ação:

	Controladora e Consolidado 31 de dezembro de	
	2017	2016
Numerador Lucro (prejuízo) líquido do exercício	529.039	(126.314)
Denominador Média ponderada do número de ações ordinárias Média ponderada do número de ações preferenciais 75 ações preferenciais (*) Média ponderada do número de ações preferenciais equivalentes (*) Média ponderada do número de ações ordinárias equivalentes (**) Média ponderada de ações que teriam sido emitidas ao preço médio de mercado	928.965.058 303.200.642 75.0 315.586.842 23.669.013.177 9.253.991	928.965.058 216.630.470 75,0 229.016.671 17.176.250.308 7.641.753
Lucro (prejuízo) básico por ação ordinária Lucro (prejuízo) diluído por ação ordinária Lucro (prejuízo) básico por ação preferencial Lucro (prejuízo) diluído por ação preferencial	0,02 0,02 1,68 1,64	(0,01) (0,01) (0,55) (0,55)

<sup>(\*)</sup> Refere-se à participação no valor do patrimônio líquido total da Companhia, calculado como se todas as 928.965.058 ações ordinárias tivessem sido convertidas em 12.386.200 ações preferenciais na relação de conversão de 75 ações ordinárias para cada uma ação preferencial.

Em 31 de dezembro de 2016 as 7.641.753 ações preferenciais potenciais, relativas ao plano de outorga de opção de ações, foram excluídas do cálculo do prejuízo líquido diluído por ação pois seu efeito teria sido anti-dilutivo.

<sup>(\*\*)</sup> Refere-se à participação no valor do patrimônio líquido total da Companhia, calculado como se a média ponderada das ações preferenciais tivessem sido convertidas em ações ordinárias na relação de conversão é de 75 ações ordinárias para cada 1 ação preferencial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 22. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém os seguintes instrumentos financeiros:

		Consolidado		Consolidado	
		Valor co	Valor contábil		justo
		31 de deze	embro de	31 de dezembro de	
	Nível	2017	2016	2017	2016
Ativo					
Aplicações financeiras	2	1.036.148	331.210	1.036.148	331.210
Aplicação financeira não circulante	3	835.957	753.200	835.957	753.200
Contas a receber	1	914.428	673.275	914.428	673.275
Aplicações financeiras vinculadas (*)	1	8.808	162.036	8.808	162.036
Instrumentos financeiros derivativos	2	420.822	21.770	420.822	21.770
Passivo					
Empréstimos e financiamentos (*) (a)	2	3.489.887	4.034.495	3.461.008	4.065.778
Fornecedores	1	953.534	1.034.317	953.534	1.034.317
Passivos financeiros a valor justo por meio do					
resultado (Nota 23) (**)	2	-	44.655	-	44.655
Instrumentos financeiros derivativos (*)	2/3	426.937	231.351	426.937	231.351

<sup>(\*)</sup> Circulante e não circulante.

(i) O montante total referente às Senior Notes foi trocado de Dólares para Reais. O *swap* foi executado através de um contrato de taxa de juros e câmbio, conforme mostrado abaixo:

Estrutura da opção	Pagamento (	de juros	Pagamento do principal
	Abril/2018 até	Outubro/2019 até	
Prazo	Abril/2019	Outubro/2024	Outubro/2014
Notional	US\$12 milhões	US\$12 milhões	US\$400 milhões
Opção de venda (compra)	-	3,2865	N/A
Opção de compra (compra)	N/A	N/A	3,2865
Opção de compra (venda)	-	4,7500	4,7500

Ambos os instrumentos derivativos resultaram na proteção da Companhia contra flutuações nas moedas estrangeiras com limite de R\$4.7500 e proteção parcial para valores acima deste nível, mantendo a vantagem de uma valorização do real abaixo da taxa de câmbio de R\$3.2865 por US\$1,00. As opções foram financiadas, obtendo um custo total de cobertura de 99,1% do CDI. Mais detalhes sobre essas transações, incluindo os valores de Mark-to-Market individual, em "Contrato de moeda estrangeira a termo" e "Contrato de swap de taxa de juros".

<sup>(\*\*)</sup> Refere-se à oferta privada de ações preferenciais classe B (Nota 23).

<sup>(</sup>a) O saldo de empréstimos e financiamentos inclui:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) Alguns empréstimos foram trocados de Dólares para Reais. O notional referente ao empréstimo de capital de giro de R\$103.669, e o seu respectivo swap de taxa de juros e câmbio gerou uma perda não realizada de R\$2.378. Mais detalhes, em "hedge de justo valor" e "Swap de taxa de juros".
- (iii) Hedge de fluxo de caixa: Alguns arredamentos financeiros foram designados como objeto de hedge de fluxo de caixa efetivo. A Companhia cobriu sua exposição de juros e trocou sua exposição relacionada a taxas de juros variáveis por taxas fixas. O valor notional é de R\$87.395 e o valor justo desses instrumentos totalizava uma perda não realizada de R\$14.755. Mais detalhes em "hedge de fluxo de caixa".

O valor justo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas circulantes e não circulantes, contas a receber e fornecedores se aproximam de seus respectivos valores contábeis em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

#### Instrumentos financeiros derivativos

		Consolida	ado	
	31 de dezembro de			
	201	17	2	016
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Hedge de fluxo de caixa				
Contrato de swap de taxa de juros e de termo de combustível	-	(14.755)	-	(51.306)
Hedge de valor justo				
Contrato de swap de taxa de juros	4.747	(24)	4.523	(17.700)
Derivativos não designados como hedge				
Opção da HNA no benefício econômico da TAP (Nota 12)	-	-	-	(154.361)
Swap de taxa de juros (*)	4.239	(385.185)	17.247	-
Contrato de termo de moeda estrangeira (*)	219.930	-	-	(5.882)
Contrato de termo de combustível	4.469	-	-	(2.102)
Opções de moeda estrangeira (*) (**)	187.437	(26.973)	-	-
- 1111	420.822	(426.937)	21.770	(231.351)

<sup>(\*)</sup> Os instrumentos financeiros em conexão com as Senior Notes totalizam um passivo líquido de R\$6,1 milhões. As operações de derivativos trocam as taxas de juros das Senior Notes, onde a Companhia recebe o dólar norte-americano em 5,875% e paga Reais em 99,1% do CDI. Mais detalhes em "Derivativos não designados como hedge accounting".

O cronograma de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos está descrito a seguir:

31 de dezembro de 2017	Imediato	Até 6 meses	7 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos de transações com derivativos Passivos de transações com derivativos	759 (21.571)	6.740 (125)	2.846 (26.826)	410.767 (378.415)	(290)	420.822 (426.937)
Total de instrumentos financeiros derivativos	(20.812)	6.615	(23.980)	32.352	(290)	(6.115)

<sup>(\*\*)</sup> Inclui R\$1.300 de uma operação de opções de moeda estrangeira em conexão com um empréstimo de US\$15 milhões. Esta opção troca o empréstimo de dólar para Reais e as taxas de Libor 3M + 2.388% para 124% do CDI + taxa fixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### Hedge de fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia possuía contratos de *swap* designados como *hedge* de fluxo de caixa para se proteger do efeito das flutuações das taxas de juros de parte dos pagamentos de arrendamentos operacionais e empréstimos em moeda estrangeira, pelos próximos 12 meses.

Alguns arrendamentos financeiros e empréstimos foram designados como objeto de hedge de fluxo de caixa. A Companhia usou swaps de taxa de juros para converter a taxa pós fixada em taxa fixa. O valor *notional* destes arrendamentos financeiros e empréstimos é de R\$87.395 (31 de dezembro de 2016 - R\$273.331) e os swaps de juros geraram uma perda não realizada de R\$14.755 (31 de dezembro de 2016 - R\$51.306).

A Companhia possui contratos de NDF (*Non Deliverable Forward*) no Mercado de Balcão com duas contrapartidas diferentes no mercado local indexados a ao *Heating Oil forward contract* negociado na NYMEX. Esses contratos são negociados em parcelas mensais e provêm cobertura parcial da exposição da Companhia aos preços do combustível para 2018. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o saldo remanescente dos contratos a termo de combustível no montante de R\$29.579, perda, foi reclassificado do patrimônio líquido para o resultado

As posições, consolidadas, são como segue:

31 de dezembro de 2017	Valor do notional	Posição ativa	Posição passiva	Valor justo
Hedge do fluxo de caixa de: Empréstimos e financiamentos	87.395 87.395	_ LIBOR	Taxa fixa	(14.755) (14.755)
31 de dezembro de 2016	Valor do notional	Posição ativa	Posição passiva	Valor justo

Os termos essenciais dos contratos de *swap* foram negociados para estarem alinhados aos termos dos empréstimos, objetos dos *hedges*. Considerando que todas as transações foram consideradas efetivas, as variações do valor justo sobre hedge de fluxo de caixa foram registradas na rubrica "Outros resultados abrangentes" em contrapartida da rubrica "Instrumentos financeiros derivativos" passivos ou ativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do *hedge* de fluxo de caixa está demonstrada abaixo:

	Consolidado 31 de dezembro de		
	2017	2016	
Saldo no início do exercício	(33.785)	(92.769)	
Operações liquidadas durante o exercício Liquidações	6.435 -	60.627 23.021	
Novas transações durante o exercício	-	-	
Ajuste de valor justo Efeito de imposto diferido	12.663 3.495	(42.109) 17.445	
Saldo no final do exercício	(11.192)	(33.785)	

## Hedge de valor justo

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha contratos de *swap* de taxa de juros com valor *notional* de R\$103.669 (31 de dezembro de 2016 - R\$559.856) que prevê que a Companhia receba taxa de juros fixas e pague uma taxa variável correspondente a um percentual do CDI.

O ajuste no valor justo do swap de taxas de juros gerou uma perda não realizada de R\$4.723 (31 de dezembro de 2016 - R\$13.177) e foi reconhecida sob a rubrica despesas financeiras. O impacto na demonstração do resultado foi compensado por um ajuste negativo no valor da dívida protegida. Não houve ineficácia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

#### Derivativos não designados como "hedge accounting"

#### i. Contrato de termo de moeda estrangeira

A Companhia está exposta ao risco de flutuação no dólar norte-americanos e, portanto, celebra contratos de moeda a termo, opções e swap de moeda estrangeira. Esses contratos de moeda a termo não são designados como *hedge accounting*.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia tinha contratos de NDF no montante de US\$370 milhões (31 de dezembro de 2016 – US\$80 milhões). O ajuste do valor justo desses contratos gerou um ganho não realizado de R\$219.930.

#### ii. Opções de moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui operações de opções de moeda estrangeira com valor *notional* de US\$544 milhões dos quais US\$529 milhões estão relacionados ao Senior Notes e US\$15 milhões referem-se a um empréstimo em dólares. As opções resultaram no reconhecimento de ganhos não realizados de R\$160.464 em 31 de dezembro de 2017.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## iii. Opção HNA no benefício econômico do Bond TAP

A Companhia concedeu uma opção para a HNA no valor de €30 milhões para aquisição de até 33% dos benefícios econômicos dos Bonds TAP. A opção expirou em 2 de dezembro de 2017 e não foi exercida. Sendo assim, o saldo anteriormente reconhecido como passivo financeiro de R\$154.361 foi reconhecido como ganho em "Resultado de transações com partes relacionadas, líquido". (Nota 12.b).

#### iv. Swap de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui operações de *swap* de taxas de juros relacionadas ao Senior Notes. As mudanças no valor justo desses instrumentos resultaram no reconhecimento de perdas não realizadas de R\$380.946.

#### v. Contrato de termo de combustível

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui contratos de NDF no Mercado de Balcão com três contrapartidas diferentes no mercado local indexados ao contrato de termo de combustível negociado na NYMEX, negociados em tranches mensais, com valor *notional* de R\$15.495 (31 de dezembro de 2016 - R\$183.193). O valor justo desses instrumentos totalizou um ganho não realizado de R\$4.469 (31 de dezembro de 2016 - perda de R\$2.102).

#### Valor justo dos instrumentos financeiros

A seguinte hierarquia é usada para determinar o valor justo de instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados, sem ajustes, nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

*Nível 2:* outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

*Nível 3:* técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	31 de dezembro			
Ativos mensurados a valor justo	de 2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a valor justo				
Aplicações financeiras circulantes	1.036.148	-	1.036.148	-
Aplicações financeiras vinculadas (a)	8.808		8.808	-
Aplicação financeira não circulante (c)	835.957	-	-	835.957
Swap de taxa de juros - opções a valor justo (b)	4.747	-	4.747	_
Swap de taxa de juros - não designado como hedge	4.239		4.239	
Contrato de moeda estrangeira	219.930	-	219.930	-
Contrato de opção de moeda estrangeira	187.437		187.437	
Contrato de termo de combustível	4.469	-	4.469	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros a valor justo Swap de taxa de juros - hedge de fluxo de caixa	(14.755)	_	(14.755)	-
Swap de taxa de juros - opções a valor justo (b) Swap de taxa de juros - não designado como hedge Contrato de opção de moeda estrangeira	(24) (385.185) (26.973)	-	(24) (385.185) (26.973)	- - -
Ativos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativas financeiros a valor ivota				
Ativos financeiros a valor justo Aplicações financeiras circulantes (a)	384.616	384.616	_	_
Aplicação financeira não circulante (c)	753.200	1.105	_	752.095
Swap de taxa de juros - opções a valor justo (b)	4.523	-	4.523	-
Swap de taxa de juros - não designado como hedge	17.247	-	17.247	-
	31 de dezembro			
Passivos mensurados a valor justo	de 2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros a valor justo				
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado	(44.655)	_	(44.655)	_
Swap de taxa de juros - hedge de fluxo de caixa	(21.727)	_	(21.727)	_
Swap de taxa de juros - opções a valor justo (b)	(17.700)	-	(17.700	-
Opção da HNA nos benefícios econômicos da TAP (d)	(154.361)	-	` -	(154.361)
Swap de taxa de juros - não designado como hedge	(5.882)	-	(5.882)	-
Contrato de termo de combustível	(31.681)	-	(31.681)	-

<sup>(</sup>a) Inclui circulante e não circulante.

## Reconciliação do ativo financeiro Nível 3

A movimentação do valor justo dos Bonds Conversíveis da TAP é detalhada a seguir:

	31 de dezembro de		
	2017	2016	
Saldo no início do exercício	752.095	-	
Custo de aquisição (€90 milhões) (12.f.ii) Variação cambial, ganho (perda) (*) Juros acumulados (12.f.ii) (**) Ajuste do valor justo (12.f.ii) (**) Valor justo da opção de compra (12.f.ii) (**)	47.781 29.569 (11.844) 18.356	360.769 (51.313) 15.570 (41.264) 468.333	
Saldo no final do exercício	835.957	752.095	

<sup>(</sup>b) Parcela dos saldos dos empréstimos do FINAME PSI e do FINAME Convencional, apresentados pelo seu valor ajustado ao risco coberto, aplicando as regras de contabilidade de *hedge* de valor justo.

<sup>(</sup>c) A Companhia calcula o valor justo da opção de compra baseada em uma avaliação da TAP e modelo binomial considerando o prazo de opção, taxa de desconto e volatilidade de mercado de companhias aéreas com capital aberto em bolsas de valores, calculados com uma média de 2 anos. A quantia resultante do modelo binomial calculado em Euros foi convertida em Reais utilizando a taxa de câmbio do período. (Nota 12)

<sup>(</sup>d) A Companhia calculou o valor justo da opção utilizando a taxa Libor de 12 meses para o Bond TAP pelo tempo remanescente da opção.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

- (\*) registrado na rubrica "Variações monetárias e cambiais, líquida" na demonstração do resultado.
- (\*\*) registrado na rubrica "Resultado da transação com partes relacionadas, líquido" na demonstração do resultado.

#### Reconciliação do passivo financeiro Nível 3

A movimentação do valor justo da opção da HNA nos benefícios econômicos da TAP é detalhada a seguir:

	31 de dezembro de	
	2017	2016
Saldo no início do exercício	(154.361)	-
Valor justo da opção de compra (1.b.ii) (*) Desreconhecimento de instrumento financeiro (*)	- 154.361	(154.361)
Saldo no final do exercício	-	(154.361)

<sup>(\*)</sup> Registrado na rubrica "Resultado de transações com partes relacionadas, liquido" na demonstração do resultado. A opção expirou em 02 de dezembro de 2017 e não foi exercida, sendo assim, o valor justo foi revertido.

# 23. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

#### Oferta privada

Em 23 de dezembro de 2013, a Companhia concluiu uma oferta privada de ações preferenciais classe B, a qual foi classificada como uma dívida de curto prazo no valor de R\$239.411 com resgate obrigatório dessas ações se uma oferta pública de ações (IPO) não ocorra até 27 de dezembro de 2016 por seu valor nominal acrescido de juros de 72,5%. O valor justo deste instrumento financeiro estava registrado na rubrica "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

Durante o exercício de 2016, foram resgatadas e canceladas as ações classe B, no valor de R\$346.330, o qual inclui o valor principal de R\$214.179 e o pagamento de juros no valor de R\$132.151. Em relação às ações remanescentes em circulação de classe B, a Companhia acordou com o detentor em resgatar essas ações pelo valor de R\$44.655, com o pagamento correspondente em janeiro de 2017. Como resultado desse contrato, as ações em circulação classe B foram canceladas em 2016.

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo a pagar é de R\$44.655.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 24. Receita

	Consolidado		
	Exercício findo em		
	31 de dezembro de		
	2017	2016	
Receita			
Transporte de passageiros	6.985.044	6.062.887	
Outras receitas	1.139.427	958.022	
		_	
Receita bruta	8.124.471	7.020.909	
Impostos incidentes sobre:			
Transporte de passageiros	(289.704)	(276.078)	
Outras receitas	(45.270)	(74.940)	
Total de impostos	(334.974)	(351.018)	
Receita líquida	7.789.497	6.669.891	

# 25. Custos dos serviços prestados, despesas comerciais e administrativas

		Evereísies	Consolidado	rombro do	
	-			zembro de	2040
			2017		2016
	Custos dos serviços prestados	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Total	Total
Combustível de aviação	(1.848.195)	_	-	(1.848.195)	(1.560.223)
Salários e benefícios	(1.026.905)	(18.387)	(250.874)	(1.296.166)	(1.091.871)
Arrendamento mercantil de aeronaves e	, ,	, ,	` ,	,	,
outros	(1.156.700)	-	(25.031)	(1.181.731)	(1.160.912)
Tarifas aeroportuárias	` (490.569)	-	` -	` (490.569)	(442.692)
Prestação de serviços de tráfego	(357.841)	-	-	(357.841)	(327.289)
Comerciais e publicidade	•	(309.540)	-	(309.540)	(276.203)
Materiais de manutenção e reparo	(568.144)	` - ′	-	(568.144)	(708.739)
Depreciação e amortização	(254.963)	-	(44.830)	(299.793)	(301.201)
Outras despesas operacionais, liquidas	(280.065)	-	(292.432)	(572.497)	(456.475)
	(5.983.382)	(327.927)	(613.167)	(6.924.476)	(6.325.605)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 25.1. Outras despesas operacionais, líquidas

	Consolidado		
	Exercícios findos em		
	31 de dezembro de		
	2017	2016	
Acomodações e refeições	184.035	164.633	
Serviços de TI	132.572	145.698	
Serviços profissionais	52.931	45.588	
Riscos tributário, cível e trabalhista	66.955	42.537	
Seguros de aeronaves	21.631	25.294	
Voos interrompidos	41.269	35.822	
Outros (*)	73.104	(3.097)	
	572.497	456.475	

<sup>(\*)</sup> O saldo de "outros" é pulverizado.

# 26. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
_	Exercícios findos em		Exercícios findos em	
	31 de dez	embro de	31 de dezembro de	
	2017	2016	2017	2016
Receita financeira				
Juros sobre aplicações financeiras	1.379	1.399	50.604	37.591
Programa de recuperação fiscal	1.974		28.838	
Outras	2.152	120	15.363	13.476
	5.505	1.519	94.805	51.067
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	-	(20.218)	(278.840)	(399.873)
Juros sobre antecipação de recebíveis de cartão de				
crédito	-	-	(36.188)	(97.684)
Juros e multas sobre outras operações	(574)	-	(110.375)	(115.587)
Comissão de garantia	-		(24.880)	(30.981)
Custo de empréstimo	-		(36.598)	(33.784)
Outros	(2.048)	(10.742)	(37.152)	(53.291)
<u> </u>	(2.622)	(30.960)	(524.033)	(731.200)
Instrumentos financeiros derivativos, líquido	-	-	(90.171)	10.800
Variações monetárias e cambiais, líquida	49.965	(16.253)	57.871	179.668
Resultado financeiro líquido	52.848	(45.694)	(461.528)	(489.665)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 27. Compromissos

## a) Arrendamentos mercantis operacionais

A Companhia possui obrigações decorrentes da celebração de contratos de arrendamento operacional, denominados em dólares norte-americanos, para 114 aeronaves e 17 motores em 31 de dezembro de 2017 (31 de dezembro de 2016 – 106 e 16, respectivamente). Os contratos de arrendamento variam de 60 a 144 meses para a Embraer, ATR e Airbus. Para esses contratos, apresentamos como garantia cartas de fiança ou depósitos.

Os contratos de arrendamento mercantil operacionais requerem pagamentos periódicos das parcelas dos arrendamentos e não incluem opção de compra da aeronave no final do contrato. Os pagamentos são indexados ao dólar norte-americano e a maior parte das parcelas são corrigidas pela taxa de juros LIBOR.

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos operacionais, não canceláveis, são apresentados a seguir:

	Consolidado 31 de dezembro de		
	2017 2016		
Até um ano	1.256.660	1.139.347	
Mais de um ano, até cinco anos	4.577.550	4.235.115	
Mais de cinco anos	2.560.290	2.646.863	
	8.394.500	8.021.325	

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o total reconhecido como custo de arrendamento operacional de aeronaves foi de R\$1.114.416 (31 de dezembro de 2016 - R\$1.144.369) com impacto no caixa de R\$1.092.543 (31 de dezembro de 2016 - R\$1.117.945).

Os contratos de arrendamentos operacionais da Companhia não possuem cláusulas restritivas.

#### b) Compromissos para futuras aquisições de aeronaves

A Companhia possui contratos para a aquisição de 73 aeronaves (31 de dezembro de 2016 – 73), em que os seguintes pagamentos futuros serão realizados:

	31 de dezembro de		
	2017	2016	
Até um ano		-	
Mais de um ano, até cinco anos	11.769.181	8.937.307	
Mais de cinco anos	3.704.580	6.307.715	
	15.473.761	15.245.022	

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### c) Cartas de crédito

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia emitiu cartas de crédito no montante de US\$161 milhões (31 de dezembro de 2017 R\$533.201), em relação a depósitos de segurança e reservas de manutenção

#### d) Garantias de partes relacionadas

A ALAB assinou um Instrumento de Garantia e Indenização, garantindo as obrigações e passivos relacionados aos contratos de arrendamento operacional de três aeronaves A350-900XW (Nota 12 f.).

## 28. Plano de outorga de opção de ações

#### 28.1. Plano de opção de compras de ações

#### 28.1.1. Primeiro plano de opção

Em AGE realizada no dia 11 de dezembro de 2009, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações ("Primeiro Plano de Opção") para a emissão de opções de compra de ações preferenciais Classe A por seus beneficiários. O plano tem um prazo de 10 anos, sendo que nenhuma opção poderá ser outorgada após esta data. As condições para exercício das opções são, além de um período de aquisição de quatro anos, a ocorrência de uma Oferta Pública Inicial (IPO)

#### 28.1.2. Segundo plano de opção

Em AGE realizada no dia 30 de junho de 2014, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Segundo Plano de Opção") para a emissão de opções de compra de ações preferenciais Classe A por seus beneficiários.

As condições para exercício das opções do Segundo Plano de Opção, antes do IPO, eram, além de um período de aquisição de quatro anos, a ocorrência do IPO. As opções têm um tempo de duração de oito anos.

As opções emitidas no Segundo Plano de Opções, após o IPO, exigem um período de aquisição de 4 anos. As opções têm um tempo de duração de dez anos e o preço de exercício deve ser igual ao menor preço da ação negociada no mercado durante os trinta pregões anteriores à data da outorga das opções aprovada pelo Conselho de Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 28.1.3. Terceiro plano de opção

Em AGE realizada no dia 10 de março de 2017 foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Terceiro Plano de Opção") para a emissão de opções de compra de ações preferenciais Classe A por seus beneficiários.

As condições para exercício das opções são, além de um período de aquisição de cinco anos, a ocorrência do IPO. As opções têm um tempo de duração de cinco anos e só podem ser exercidas dentro de 15 dias após cada aniversário de aquisição.

## 28.1.4. <u>Informações sobre o valor justo de opções de ações e despesas</u>

O valor justo na data de concessão de opções de ações foi mensurado pelo modelo de Black-Scholes usando os dados abaixo. A volatilidade estimada foi calculada com base na volatilidade histórica de ações de companhias aéreas listadas nas bolsas de valores do Brasil e do restante da América Latina.

	Primeiro Plano de Opção		
	1° 2°		3°
	Programa	Programa	Programa
Total de opções concedidas	5.032.800	1.572.000	656.000
Reunião do Comitê de remuneração	11-dez-09	24-mar-11	05-abr-11
Total de opções em circulação	2.213.675	695.600	326.660
Preço de exercício da ação	R\$3,42	R\$6,44	R\$6,44
Valor justo da opção na data da concessão	R\$1,93	R\$4,16	R\$4,16
Volatilidade estimada do preço da ação	47,67%	54,77%	54,77%
Dividendo esperado	1,10%	1,10%	1,10%
Taxa de retorno livre de risco	8,75%	12,00%	12,00%
Vencimento médio remanescente (em anos)	-	-	-
Duração da ação	10 anos	10 anos	10 anos
Prazo médio	7 anos	7 anos	7 anos

	Segundo Plano de Opção			de Opção	
	1°	<b>2</b> °	3°	<b>4</b> °	
	Programa	Programa	Programa	Programa	1º Programa
Total de opções concedidas	2.169.122	627.810	820.250	680.467	9.343.510
Reunião do Comitê de remuneração	30-jun-14	01-jul-15	01-jul-16	06-jul-17	14-mar-17
Total de opções em circulação	1.680.229	542.276	768.270	680.467	9.343.510
Preço de exercício da ação	R\$19,15	R\$14,51	R\$14,50	R\$22,57	R\$11,85
Valor justo da opção na data da concessão	R\$11,01	R\$10,82	R\$10,14	R\$12,82	R\$4,82
Volatilidade estimada do preço da ação	40,59%	40,59%	43,07%	43,35%	50,64%
Dividendo esperado	1,10%	1,10%	1,10%	1,10%	1,10%
Taxa de retorno livre de risco	12,46%	15,69%	12,21%	10,26%	11,13%
Vencimento médio remanescente (em anos)	0,7	1,7	2,7	3,7	4,4
Duração da ação	8 anos	8 anos	8 anos	10 anos	5 anos
Prazo médio	4,5 anos	4,5 anos	4,5 anos	5,5 anos	5 anos

Terceiro Plano

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As mudanças nos planos de opções de compras de ações são como a seguir:

	Número de ações	Média ponderada do preço de exercício (em reais)
Em 31 de dezembro de 2015	10.057.732	R\$7,49
Concedidas	820.250	R\$19,37
Em 31 de dezembro de 2016	10.877.982	R\$8,38
Concedidas	10.023.977	R\$12,58
Canceladas	(468.818)	R\$8,19
Exercidas	(4.182.454)	R\$5,61
Em 31 de dezembro de 2017	16.250.687	R\$11,69
Número de opções exercíveis em:		
31 de dezembro de 2016	7.566.621	R\$5,26
31 de dezembro de 2017	<b>4.788.718</b>	<b>R\$8,11</b>

A despesa de remuneração baseada em ações durante o exercício findo em 30 de dezembro de 2017 foi de R\$19.862 (31 de dezembro de 2016 - R\$9.879) sob a rubrica de "Salários e benefícios".

## 28.2. Plano de Unidade de Ações Restritas

Em AGE realizada no dia 30 de junho de 2014, foi aprovado o Plano de Unidades de Ações Restritas ("Plano de RSU"). Nos termos do Plano de RSU, um valor fixo (em reais) foi outorgado aos participantes, que seria liquidado em uma quantidade de ações preferenciais determinada pela divisão do valor monetário da outorga pelo preço por ação (não descontado) das ações preferenciais no IPO.

As condições para o exercício do Plano de RSU, antes do IPO, eram, além de um período de aquisição de 4 anos, a ocorrência do IPO. Enquanto o IPO ou uma mudança de controle não ocorresse, a Companhia poderia liquidar as parcelas do Plano de RSU, dos períodos de aquisição já concluídos, em dinheiro no 1º, 2º, 3º e 4º aniversário da data de outorga. O valor justo do prêmio, antes do IPO, foi determinado na data de cada demonstração financeira atualizando a taxa de juros e a obrigação foi registrada como um passivo.

Na data do IPO, o valor monetário dos prêmios foi convertido em unidades com base no valor justo das ações preferenciais na mesma data. O passivo relacionado foi reclassificado para o patrimônio líquido de acordo com o método de liquidação pós-IPO.

As outorgas subsequentes são mensuradas com base no valor justo da ação na data de concessão dos prêmios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 28.2.1. Informações sobre o valor justo de opções de ações e despesas

	Reunião do Comitê de remuneração	Total de opções concedidas	Total de ações em circulação	Preço de exercício da ação (em reais)
1º programa 2º programa 3º programa 4º programa	30-jun-14 01-jul-15 01-jul-16 06-jul-17	487.670 294.286 367.184 285.064	109.210 141.405 274.267 285.064	R\$ 21,00 R\$ 21,00 R\$ 21,00 R\$ 24,17
		1.434.204	809.946	_

As mudanças nos planos de ações restritas são como a seguir:

	Número de ações
Em 31 de dezembro de 2015	672.715
Concedidas	367.184
Pagas	(179.959)
Em 31 de dezembro de 2016	859.940
Concedidas	285.064
Canceladas	(63.676)
Pagas	(271.382)
Em 31 de dezembro de 2017	809.946

A despesa de remuneração baseada em ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em relação ao RSU foi de R\$10.027 (31 de dezembro de 2016 - R\$5.328) sob a rubrica de "Salários e benefícios".

# 29. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, baseada na opinião e nas estimativas de seus assessores jurídicos externos e internos, concluiu que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são suficientes para cobrir eventuais perdas consideradas prováveis. Quando requerida, a Companhia efetua depósitos judiciais.

Essas provisões estão assim demonstradas:

	Consolidado 31 de dezembro de	
	2017	2016
Tributários	1.896	5.246
Cíveis	48.751	48.784
Trabalhistas	22.551	22.323
	73.198	76.353

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

#### <u>Movimentações</u>

	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2015	81.775
Constituição Baixa por pagamento	53.688 (59.110)
Em 31 de dezembro de 2016	76.353
Constituição Baixa por pagamento	78.469 (81.624)
Em 31 de dezembro de 2017	73.198

O montante total dos processos, que de acordo com a administração representam perdas possíveis, mas não prováveis, para as quais não foi registrada provisão, são as seguintes:

	31 de dezembro de	
	2017	2016
Tributários	80.648	41.777
Cíveis	23.304	8.489
Trabalhistas	133.283	45.547
	237.235	95.813

#### a) Processos tributários

A Companhia está discutindo judicialmente a não incidência de ICMS nas importações das aeronaves, motores e simulador sob a modalidade de arrendamento sem opção de compra nas operações realizadas com arrendadores sediados em país estrangeiro.

No entendimento da Administração e seus assessores legais, essas operações consubstanciam-se em mera locação, sendo expressa a obrigação contratual quanto à devolução do bem objeto do contrato. A Administração e seus assessores legais acreditam que a ausência da caracterização de circulação de mercadoria não origina, portanto, o fato gerador do ICMS.

A Companhia tem processos fiscais que se referem a cobrança adicional de 1% da COFINS nas importações de aeronaves e motores, de acordo com o que prevê a Lei 10.865/04, a aplicação da alíquota zero da COFINS para a importação de aeronaves e partes e peças. Sendo assim, a Administração entende que as chances de perda são possíveis e, portanto, não foi constituída provisão para os referidos valores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

#### b) Processos cíveis

A Companhia possui ações de natureza cíveis, relacionadas principalmente às ações indenizatórias em geral, tais como atrasos e cancelamentos de voos, extravios e danos de bagagem, dentre outras.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Aeroportos Brasil Viracopos S.A. ("ABV") ingressou com ações judicias contra a Companhia. O valor estimado agregado das disputas judiciais em andamento totaliza aproximadamente R\$26.235 em 31 de dezembro de 2017. A Administração, com base na sua avaliação e de seus assessores legais, entende que as chances de perda são possíveis e, portanto, não foi constituída provisão para os referidos valores.

Os detalhes estão resumidos a baixo:

(i) A Companhia e a ABV possuem entre si um contrato de Incentivo para Transferência de Terminal que prevê prazos para a ABV entregar obras de melhorias no novo terminal do aeroporto de Viracopos. O contrato prevê que o descumprimento desses prazos resultaria em uma multa de 40% aplicada aos valores a pagar pela Companhia em relação às tarifas de permanência, pouso e conexão das aeronaves. Baseada nos termos do contrato a Companhia iniciou a aplicação da multa e o desconto de 40% dos pagamentos à ABV em julho de 2017.

Em 18 de julho de 2017, a ABV ingressou com uma ação judicial contra a Companhia alegando que o desconto é abusivo. Uma decisão liminar determinou que o desconto direto seja de 20% e que os outros 20% sejam pagos através de depósito judicial.

(ii) A Companhia e a ABV possuem entre si um Contrato de Atribuição de Área que prevê que a ABV irá transferir uma área para a construção de um hangar e um estacionamento de aeronave, realizando a terraplenagem e a construção de uma pista auxiliar conectando o local a uma pista de pouso. Em contrapartida, a Companhia faz um pagamento de renda mensal.

Em 02 de outubro de 2017, a ABV entrou com uma ação judicial contra a Companhia alegando que a construção e pagamentos não foram feitos, razão pela qual a Companhia teria que rescindir o contrato.

A Companhia solicitou a revisão do Contrato de Atribuição, com a condenação da ABV em cumprir adequadamente sua obrigação de realizar o trabalho de terraplanagem e construção da pista auxiliar, bem como pagar uma multa contratual e danos resultantes da sua perda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### c) Processos trabalhistas

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, relacionadas principalmente discussões relacionadas a horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e diferenças salariais.

Em 22 de fevereiro de 2017, o Ministério Público do Trabalho ingressou com uma ação contra a Companhia alegando a violação de certos aspectos trabalhistas, como extrapolações na jornada de trabalho diário e ausência de fruição de períodos de repouso. A ação reivindica aproximadamente R\$66.000 em danos punitivos. A ação encontra-se suspensa e a Companhia está em processo de negociação com o Ministério Público do Trabalho para firmar um Termo de Ajuste de Conduta ("TAC"). A Companhia espera que o desembolso relacionado à ação seja significativamente inferior ao valor reivindicado, limitando-se a doações de bens ou valores relacionados ao TAC e classifica a probabilidade de perda como possível para o qual não foi constituída provisão.

# 30. Seguros

A Companhia busca no mercado apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas, em 31 de dezembro de 2017, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, conforme apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas
Incêndio de bens do imobilizado	43.618
Responsabilidade civil	5.055.447